

TRIBUNA DA

N.º 1 Inverno 2000

NATURA



A VIDA SELVAGEM NAS QUATRO ESTAÇÕES

Ano 1 • Publicação Trimestral de Conservação da Natureza • 450\$00



lobo

no rasto de um sobrevivente

Áreas Protegidas
um tesouro mal guardado

Gorilas da Montanha
o regresso da esperança



mocho-galego, *Athene noctua*

© José Projecto

em destaque

Na pista do mítico lobo, esse grande sobrevivente, a Tribuna leva-nos até aos últimos refúgios do grande predador em Portugal.

Pág. 4 a 7



A VIDA DE UM SOBREVIVENTE

Os gorilas de montanha puderam viver em relativa paz, nas florestas húmidas do Ruanda. Até que as guerras dos homens lhes bateram à porta. O ponto da situação de um drama com desfecho incerto - que a Tribuna revela.

Pág. 14 a 16



Gorilas da montanha

As áreas protegidas portuguesas deveriam ser as "jóias da coroa" de uma política eficaz de conservação da natureza. Apesar disso, são antes palco de confronto entre interesses contraditórios. A Tribuna visitou as nossas APS.

Pág. 17 a 19



Director:

Miguel Dantas da Gama

Redacção:

Bernardino Guimarães - *Editor*
Raul Lima - *Redactor Principal*
Paulo Caetano - *Redactor Principal*
Francisco Álvares
João Carlos Claro
João Loureiro
Luís Rodrigues
Paulo Santos
Rosa Matos (Madrid)
Serafim Riem

Concepção criativa:

Gonçalo Geraldês Cardoso
Milénio Publicidade e Marketing Comportamental

Design gráfico:

Ivone Machado

Ilustrações:

José Projecto

Assinaturas/publicidade:

Susana Sousa

Colaboraram neste número:

Alexandra Cerveira Pinto Lima
Carlos Maia
Carlos Pimenta
Gonçalo Ribeiro Telles
Humberto Vasconcelos
Helena Freitas
Joaquín Araújo
Júlia Pinheiro
Roberto Hartasanchez

Publicação independente aberta a pessoas e instituições que se dedicam ao estudo e à defesa da vida selvagem.

Tribuna da Natureza não é responsável pelas opiniões dos seus colaboradores quando manifestadas em textos devidamente assinados.

Edição e propriedade:

FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens

Registo ICS:

n.º 123453

Depósito Legal:

n.º 146895/00

Tiragem:

5000 exemplares

Montagem/impressão:

Gráfica Claret

Endereço:

Rua Alexandre Herculano, 371 - 4.º Andar Dto. - 4000 PORTO
Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55
E-mail: fapas@mail.esotérica.pt

Capa:

Lobo Ibérico - Terry Whittaker/CRLI



Editorial

TRIBUNA DA NATUREZA



O nome surgiu espontaneamente após o amadurecimento de uma ideia há muito acalentada. Esta pretende ser a tribuna das águas e da vegetação rupícola, dos teixos e dos bosques autóctones, dos lobos e das víboras, da fauna ripícola e dos ribeiros de montanha, dos sapais, dos estuários, da flora costeira, dos oceanos,...

Nós que idealizamos e lançamos o projecto, e todos aqueles que a ele vierem a aderir, seremos os porta-vozes da vida selvagem que cada vez mais reclama do homem uma intervenção contrária às acções com que generalizadamente estamos a comprometer tudo.

Apesar de emanar do FAPAS, Tribuna da Natureza é um projecto autónomo e supra-associativo. Queremos envolver todos os cidadãos e instituições que de alguma forma intervêm na natureza como são as universidades e os seus investigadores, os organismos governamentais e os seus técnicos, as autarquias, principalmente as inseridas em espaços naturais e os seus responsáveis, o movimento ecologista e os seus naturalistas amadores, os proprietários de espaços a preservar e finalmente, também os usufruidores, de uma natureza que atrai e que se quer fruir, mas muitas vezes não se conhecem se compreende e por isso não se respeita.

O tema único a desenvolver será sempre a Natureza, abordada por vertentes que fomentem a sua conservação, nomeadamente apontando medidas de ordenamento do território ou evidenciando a importância de acções que garantam a salvaguarda da biodiversidade. Privilegiando a realidade portuguesa, não ignoraremos experiências e práticas de outras paragens, principalmente de Espanha, país de quem nuns casos muito dependemos e noutros temos vindo a beneficiar.

CENTRADO O TEMA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO PROJECTO ASSENTA EM TRÊS PILARES FUNDAMENTAIS:

- Promoção de uma forma de estar, que hoje, nas primeiras horas do ano 2000, entendemos inadiável, debatendo comportamentos e práticas com quem convive mais directamente com a natureza. Neste contexto é oportuno contrariar a moda do relacionamento "radical" com a natureza, onde se quer ir cada vez mais longe em busca de sensações mais fortes, experimentadas nos últimos refúgios naturais por quem por vezes defende que respeitar a vida selvagem é simplesmente procurá-la e usufruí-la em evasões plenas de adrenalina, vividas nos limites das nossas capacidades. Invasões de onde, cada vez mais já não regressam. A natureza também sai ferida de morte destas incursões incontroladas no seio dos últimos refúgios onde a fauna e a flora selvagens foram encurraladas pelo homem.

- Divulgação de estudos e projectos de conservação executados por quem anda no terreno e que por isso detêm informação actual e relevante para avaliação da situação real em que se encontram os nossos ecossistemas naturais e consequentemente para o apontar de soluções. Investigadores, profissionais ou naturalistas amadores e proprietários de terras que querem preservar, pensam possível contrariar o que dia a dia parece cada vez mais inevitável. Muitas vezes incompreendidos, outras hostilizados, não são poucos os casos em que na sua actividade se revelam as últimas testemunhas de uma vida selvagem que por todo o país, vão confirmando nos seus registos, está discretamente a extinguir-se. Nesta área, faltam reconhecimento e valorização pelo que fazem e pelo que pensam, ou seja, apoios que também podem ser motivação. É o que pretendemos transmitir quer pela divulgação de trabalhos, quer pela permuta da informação que se colhe no campo e não em relatórios que não existem, que não se divulgam, ou que pecam por falta de actualidade e realismo.

- Porque são evidentes os problemas graves e a forma negativa como tem evoluído o estado da natureza em Portugal, Tribuna da Natureza será também um espaço de debate, de confronto de ideias em torno de decisões ou factos com que os poderes político e económico a cada momento comprometem o presente e o futuro da vida selvagem, justificando-se com um "desenvolvimento" que só é "sustentado" por interesses imediatos que declaradamente se opõem a uma estratégia de conservação de longo prazo, inexistente e que, ninguém com responsabilidade, sabe sequer definir.

Esta é uma vertente importante deste projecto editorial. Com a preocupação de o fazermos de uma forma construtiva e fundamentada, não imporemos limites no modo como pragmaticamente vamos transmitir as nossas preocupações, denunciar agressões, exigir acções, apontar soluções. A política de conservação

da natureza em Portugal tem evoluído de uma forma dual e contraditória. À medida que a máquina do Estado identificada com esse conceito tornado lato como é "Ambiente", se foi dilatando, o mesmo aconteceu com a degradação dos nossos espaços naturais. Um levantamento nacional das agressões consentidas ou projectadas nos espaços classificados merece destaque neste primeiro número e revela o grande equívoco que é a política de conservação da natureza em Portugal. Mas há indícios de uma realidade mais preocupante. As destruições de ninhos de andorinhas em vários edifícios públicos, autorizados pelo ICN e que o FAPAS num dos casos levou a tribunal, revelam uma postura assustadora. Com recomendações para evitar que estas aves voltem a utilizar os edifícios, o Instituto da Conservação da Natureza actua para defender os cidadãos da natureza e não, a natureza dos cidadãos que é o que lamentavelmente concluímos ser premente, uma vez que o homem parece ter deixado de saber conviver com o mundo que o rodeia. Há que contrariar a postura do faz de conta instalada em Portugal que olha a conservação como uma panaceia de uns exóticos idealistas "amantes dos passarinhos". Temos que justificar a máquina montada elevando as questões ecológicas a uma posição cimeira entre as prioridades, reconhecendo na conservação da natureza porventura o maior e o mais decisivo desafio que se apresenta à sociedade actual. Mas não se conclua que a responsabilidade está toda do lado dos governantes. Salvaguardando o peso das atribuições e dos meios de cada parte, o estado a que chegaram os nossos bosques, os nossos rios, as nossas praias, também reflecte o fraco envolvimento da sociedade civil nesta causa inadiável. O próprio movimento ecologista não está isento, pela progressiva perda de empenho e combatividade nas questões que directamente se prendem com a vida selvagem. Com a Tribuna da Natureza pretendemos contribuir para o contrariar.

Os dados estão lançados num projecto que há muito ambicionávamos e que a ser bem sucedido poderá ocupar um espaço editorial que não vemos preenchido em Portugal. Sucesso que será tanto maior quanto maior for a participação de todos aqueles que, como nós, não se sentem bem num país em que, sempre que o tema natureza é debatido, se fala invariavelmente de extinções, de abates, de envenenamentos de fauna, de contaminação de cursos de água, de destruição das nossas florestas, de eucaliptação, de incêndios, de caça, de destruição de habitats, de degradação de áreas protegidas, de perda de biodiversidade, de ausência de uma estratégia de conservação da natureza, de desvalorização do património natural, de turismo desenfreado, de interesses imobiliários, de desordenamento do território, pior que tudo, de destruição irreversível.

Para ajudar a travar o pesadelo que é assistir à degradação sem retorno dos nossos ecossistemas, aqui estaremos de novo no início da próxima Primavera. **N**

Miguel Dantas da Gama

Barómetro da estação

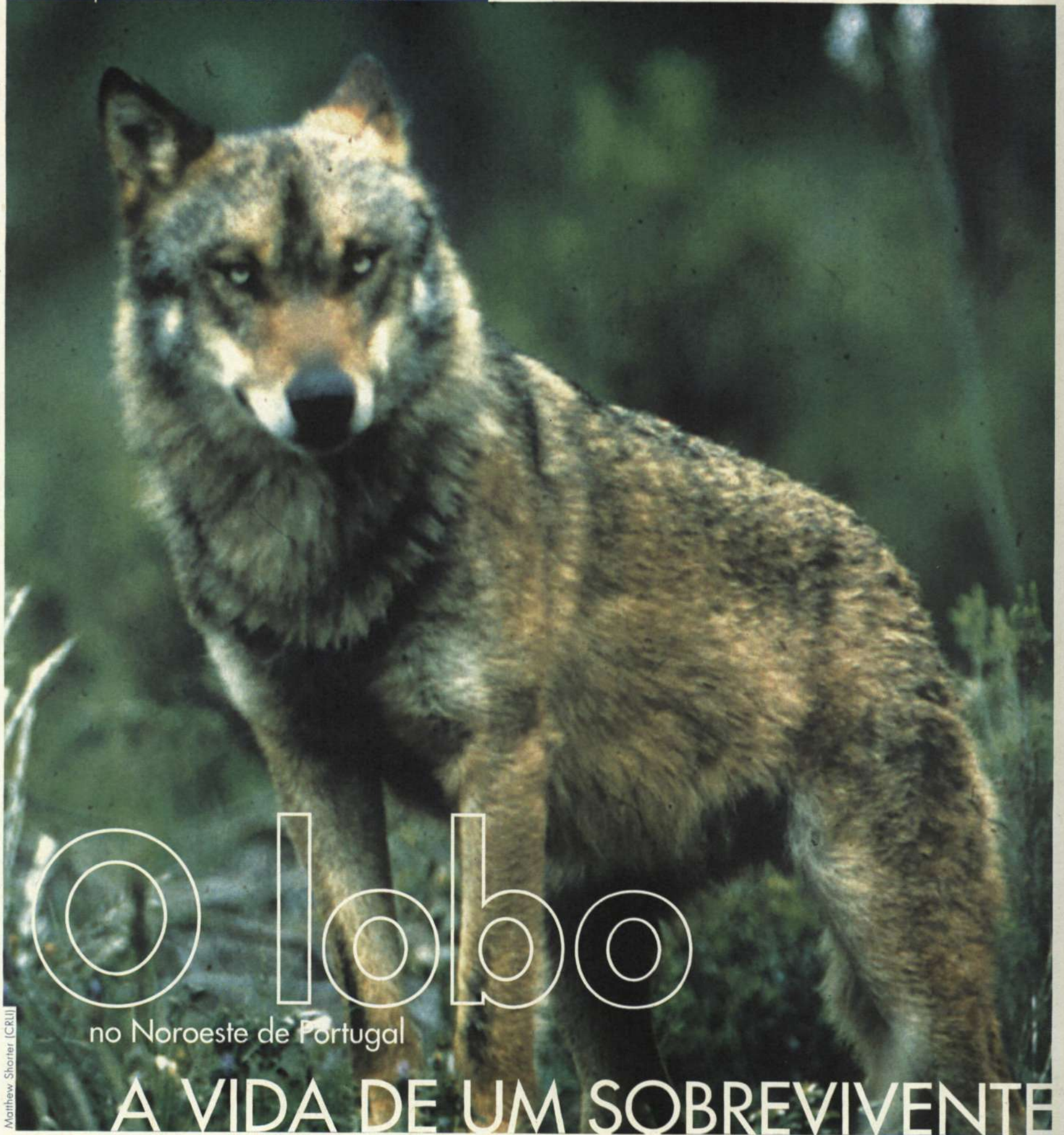
Bom tempo não significa - também neste espaço - sol e temperaturas estivais. Até neste início de Inverno, seria possível destacar pela positiva, uma, de entre várias acções em prol da vida selvagem, se estas existissem, o que neste momento e com impacto, não vislumbramos.

A posse de um novo ministro (ainda) cria alguma expectativa, mais ainda, quando, quem é substituído à frente da Pasta do Ambiente, não deixa saudades, **Variável** principalmente na área da conservação da natureza. Esperemos que a integração do ordenamento do território na Tutela, seja um sinal de que nos afastaremos de um dos piores momentos para a vida selvagem em Portugal.

A propósito da questão de fundo, "Estratégia Nacional de Conservação da Natureza", foi este ano posto a debate, um texto, **Tempestade** que apenas serviu para tornar mais preocupante, a ausência de uma estratégia. Agora meses depois, estamos pior do que antes desse documento com o qual se pretendia finalmente despoletar uma discussão sucessivamente adiada, sobre este tema-chave. A montanha pariu um rato.

M. D. G.





Matthew Shorter (CRU)

O lobo

no Noroeste de Portugal

A VIDA DE UM SOBREVIVENTE

Francisco Álvares*

Desde praticamente a fundação da nacionalidade que existem várias referências à grande abundância de lobos na região Noroeste de Portugal, principalmente na Serra do Gerês, tida como uma das zonas do País mais rica em caça maior. Além disso, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) foi desde a sua criação nos inícios da década de 70, a área protegida nacional que apresenta o maior número de prejuízos atribuídos ao lobo, e consequentemente o maior montante

no pagamento de indemnizações. Este facto poderia significar a existência de um importante núcleo populacional de lobo ou, como era defendido por alguns, a ocorrência de grande número de cães assilvestrados ou vadios. Contudo, até à década de 90, não se havia efectuado nenhum estudo científico profundo e completo sobre a distribuição e ecologia do lobo nesta região. Em 1994 o Grupo Lobo deu início a um estudo sobre a distribuição e a ecologia da popu-

lação lupina na região do PNPG e serras envolventes, que tem vindo a decorrer até à actualidade (ver "O lobo em Portugal"). Estes cinco anos de monitorização contínua nas serras agrestes do Noroeste de Portugal, revelaram aspectos desconhecidos e surpreendentes da vida destes carnívoros de hábitos discretos permitindo igualmente verificar, as graves ameaças à sua sobrevivência. É de alguns desses resultados e do modo como foram obtidos, que se falará em seguida.



No núcleo lupino que habita as serras fronteiriças com Galiza, mais inhóspitas e que se incluem na área do Parque Transfronteiriço Gerês-Xures e serras envolventes (Serras do Larouco e da Cabreira), foram, através da prospecção no campo, individualizadas 12 alcateias que se reproduzem de forma contínua e cujos efectivos não sofrem grandes flutuações numéricas.

Este núcleo de lobos, devido à sua estabilidade, constitui uma fonte de lobos dispersantes, que é imprescindível para a sobrevivência e manutenção das alcateias existentes em zonas mais humanizadas e/ou em zonas marginais de ocorrência do lobo e por isso sujeitas a grandes flutuações numéricas provocadas pela perseguição humana. Um exemplo destes núcleos populacionais de grande instabilidade são as três alcateias que ocorrem nas serras litorais entre o Rio Minho e o Rio Lima, nomeadamente na Serra de Arga e Serras em redor de Paredes de Coura. Devido ao comportamento elusivo do lobo em liberdade, a individualização dos grupos familiares e consequentemente a detecção de reprodução e estimativa do número de lobos adultos e crias existente, obriga a um intenso trabalho de campo no qual se podem recorrer a várias metodologias. A procura de indícios de presença de lobo (como dejectos e rastros), a realização de esperas junto a animais mortos pelo lobo e a detecção da existência de crias através de uivos simulados aos quais os lobos respondem, são algumas dessas metodologias.



Francisco Álvares

Dejectos de Lobo

Através deste trabalho ficámos a saber, além do número e grau de estabilidade das alcateias, que no Noroeste de Portugal os grupos familiares estáveis são constituídos, em média, por 4 crias e 3-4 lobos adultos/subadultos (casal reprodutor e algumas crias de anos anteriores), podendo no entanto haver alcateias, em determinados anos, que possuem durante o Outono/Inverno mais de 12 lobos.

Além disso, verificámos que os locais de reprodução dos grupos familiares, nesta região se situam em vales de densa cobertura vegetal, nos locais mais agrestes das serras, longe de estradas e aglomerados populacionais. Contudo, apesar da sua dimensão e de serem animais sociais, os lobos são extremamente cautelosos e tímidos, cuja presença passa muitas vezes despercebida.

Esse facto aliado à sua grande capacidade de adaptação e tolerância às actividades e presença humanas faz com que, por vezes, seleccionem o local de criação em locais bastante diferentes aos descritos anteriormente. É o caso de algumas alcateias, que em determinados anos, criam bastante próximo de zonas urbanas (cerca de 500-1000m de aldeias) ou zonas de grande pressão turística (a 300m do local de criação da alcateia do Gerês em 1998, circulavam mais de 2000 viaturas/dia, durante os meses de Verão) sem que a sua presença seja notada por turistas ou pelos habitantes das aldeias (que estranhamente julgam o lobo extinto na zona há vários anos). Contudo, existe uma metodologia que nos permite desvendar de forma mais profunda o modo de vida de animais elusivos e de difícil observação como é o caso do lobo. A captura e posterior marcação com um colar equipado de um emissor, de lobos selvagens, permite-nos efectuar a sua localização exacta (com recurso a uma antena receptora do sinal emitido), sempre que queiramos. Esta técnica, denominada radio-telemetria, está também a ser utilizada em alguns lobos do Noroeste de Portugal e está a permitir conhecer o tamanho dos seus territórios, distâncias percorridas por dia, locais preferenciais de repouso e muitos outros aspectos desconhecidos da vida deste grande predador. Verificámos, entre outras coisas, que um só lobo adulto pode possuir territórios de cerca de 300 Km², percorrer por noite mais de 20 Km no interior dessa área, possuindo vários locais onde permanece durante o dia, constituídos geralmente por densas manchas de carvalho. Baseados na análise dos dejectos de lobo, verificou-se que este carnívoro, no Noroeste de Portugal, se alimenta maioritariamente de ungulados domésticos, o que é evidente pelo elevado número de prejuízos em animais domésticos, existentes nesta região. Os ungulados silvestres no Noroeste Português, os quais seriam primitivamente as presas naturais do lobo, encontram-se extintos (como a cabra-brava e o veado) ou com populações residuais (como o corço e o javali). Por essa razão, a sua importância na alimentação do lobo é pouco significativa, embora em certas regiões onde as populações de corço tem vindo a aumentar, também o seu consumo por parte do lobo tem aumentado, diminuindo assim os prejuízos do lobo nos animais domésticos. Além disso, o lobo também consome, embora em menor quantidade, micromamíferos, coelhos, cadáveres de animais mortos abandonados em lixeiras (como porcos e galinhas) e outros carnívoros como gatos, raposas e principalmente cães. O consumo de cães, que nas zonas mais humanizadas pode ser bastante significativo, torna o lobo em um eficaz controle dos cães assilvestrados e vadios. Contudo, são os cavalos e as vacas pastoreadas em regime de liberdade nas serras do Noroeste que constituem as principais presas do lobo (constituindo mais de 50% da alimentação), e responsáveis pela peculiaridade

ecológica das populações do canídeo nesta região. O lobo demonstra uma grande selecção e preferência por este tipo de animais, principalmente os equinos, de tal modo que em algumas serras onde o efectivo pecuário é elevado (como a Serra do Soajo e a Serra Amarela) o lobo atinge densidades bastante altas (6-7 lobos/100Km²), das maiores conhecidas na Europa.

O elaborado comportamento predatório do lobo para abater equinos e bovinos (muitas vezes adultos), assim como os comportamentos anti-predatórios apresentados por estes herbívoros, demonstram a existência de uma antiga relação predador-presa, com origem à vários milhares de anos, quando manadas de equinos e bovinos selvagens vagueavam pela Europa.

No entanto, o grande consumo de animais domésticos por parte do lobo leva a que os pastores movam a este predador uma perseguição implacável também com origem há milhares de anos. No decorrer do trabalho de campo temos conhecimento, por ano, de cerca de 10 lobos mortos ilegalmente, directa ou indirectamente, pelo Homem. Contudo, este número deve ser bastante superior uma vez que, devido à punição legal que existe pelo abate de um destes animais, se torna difícil ter conhecimento da sua morte. A recolha de ninhadas de lobo que se efectuava frequentemente há décadas atrás, o tiro, os laços muitas vezes direccionados à captura de javalis e os, cada vez mais comuns, atropelamentos são algumas das causas, de origem humana, de morte de lobos. No entanto, é a utilização de iscos envenenados direccionados ao lobo, bastante frequentes em zonas de grande efectivo de equinos e bovinos pastoreados em liberdade, que se torna um grave problema na conservação deste carnívoro assim como de um grande número de espécies ameaçadas, como a águia-real. O veneno é sem dúvida o método mais eficaz e eficiente para controlar e exterminar lobos, uma vez que com um mesmo e pequeno esforço, pode-se provocar a morte de vários indivíduos. Contudo é um método não selectivo, cuja utilização pode provocar a morte de vários outros animais, incluindo o Homem e cujas consequências são imprevisíveis e incontroláveis.

Campanhas mais intensas e regulares de utilização de iscos envenenados podem exterminar um grande número de lobos localmente num curto espaço de tempo, tal como sabem os habitantes de determinadas aldeias que recorriam e ainda recorrem frequentemente a este método para controlar o número de lobos. Como prova deste facto, é a morte de mais de 20 lobos por envenenamento, durante um só ano da década de 40, devido somente ao esforço dos habitantes de Vilarinho das Furnas. Em núcleos populacionais lupinos constituídos por grupos familiares estáveis tal fenómeno pode não ter consequências graves devido à recuperação da alcateia pela rápida assimilação de lobos dispersantes. Contudo, em núcleos lupinos isolados, marginais e/ou instáveis, o uso intensivo de veneno pode ter efeitos nefastos e irreversíveis em determinados grupos



Francisco Álvares

Lobo morto em laço para javalis

Garrano devorado por lobos

familiares, podendo inclusivamente contribuir para a sua extinção.

Além da perseguição directa, existem outras ameaças que afectam o lobo como a diminuição de recursos alimentares e a fragmentação da população com a consequente criação de isolados populacionais. No Noroeste de Portugal este canídeo distribui-se de forma não homogénea, uma vez que os vales dos principais rios começam a constituir linhas de fragmentação, principalmente devido à existência de barragens, da construção desordenada ao longo das estradas que se situam nestes vales e da proliferação de vias com grande intensidade de tráfego (das quais a auto-estrada A3 entre Braga e Valença é um exemplo). Embora, actualmente, o lobo ocorra na maior parte das serras menos humanizadas, onde existem grandes efectivos pecuários, a grande diminuição da sua área de distribuição nos últimos 10-20 anos (com o desaparecimento de pelo menos três grupos familiares devido à excessiva humanização da paisagem e diminuição do efectivo pecuário) faz com que se tema pela sua sobrevivência a médio prazo. O Noroeste Português, nomeadamente a região do Alto Minho, é uma das zonas mais humanizadas do país. No entanto, possui ainda algumas zonas montanhosas pouco habitadas, com condições ecológicas que permitem a sobrevivência de um núcleo populacional de lobo que aprendeu a conviver com o Homem numa luta desigual de milhares de anos. Esperemos que essas condições se mantenham e permitam o disfrutar de uma observação ou o uivo de um lobo selvagem às gerações vindouras.



O lobo em Portugal

O lobo é uma espécie considerada vulnerável a nível mundial, sendo classificada como "em perigo de extinção" em Portugal (SNPRCN, 1990). De acordo com a Lei 90/88, Decreto-Lei 139/90, está totalmente protegido, sendo proibido o seu abate ou captura, a destruição ou deterioração do seu habitat e a sua perturbação, em especial durante os períodos de reprodução e dependência (Artigo 1º, alíneas a, b e c). O lobo encontra-se ainda incluído no Anexo II da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) e no Anexo II da Convenção de Berna (Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa). Em Portugal, onde ocorre uma subespécie endémica da Península Ibérica, *Canis lupus signatus*, a população lupina distribui-se por 20.000Km², sendo estimada, segundo os mais recentes estudos (1996), em 300 lobos (cerca de 45-50 grupos familiares), num total ibérico de menos de dois milhares de indivíduos. Actualmente, o lobo subsiste somente nas serras mais agrestes do Norte e Centro de Portugal, tendo os seus principais núcleos de ocorrência nas montanhas que constituem o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Parque Natural de Montesinho e o Parque Natural do Alvão. A distribuição do lobo em Portugal não é contínua, uma vez que existem duas populações separadas: uma a Norte do Rio Douro, que é estável e está conectada com a restante população lupina espanhola, e outra, uma pequena e isolada população a Sul do Rio Douro, com aproximadamente 30 lobos.

Ainda durante a década de 50, o lobo ocorria praticamente em todo o território nacional, o que demonstra a alarmante regressão que este animal parece ter vindo a sofrer nas últimas décadas. A diminuição e extinção das populações de ungulados silvestres (veado e corço), presas naturais do lobo, fez com que este se tornasse mais dependente do consumo de animais domésticos para sobreviver, sendo este o principal motivo do ódio do Homem para com o lobo, que o persegue ilegalmente através do tiro, laços e veneno. Outra ameaça séria que o lobo enfrenta é a fragmentação da população devido à proliferação de barreiras que dificultam a livre circulação de lobos (como barragens ou redes viárias de grande fluxo de tráfego). A existência de grande número de cães vadios e assilvestrados em Portugal, também representa um problema grave na conservação do lobo, pois estes cães provocam muitas vezes prejuízos nos animais domésticos, que, frequentemente, são atribuídos ao lobo.

Desta forma, as medidas de conservação das populações lupinas deverão prever a minimização do impacto económico provocado pelo lobo, nomeadamente através do fomento dos ungulados silvestres, pagamento de

indeminizações aos pastores lesados e recuperação do tradicional uso de cães de gado para proteger os rebanhos de caprinos e ovinos. A educação ambiental como forma de combate às crenças e mitos associados ao lobo, também são de grande importância.

Actualmente, e face à situação crítica que este predador enfrenta, são vários os estudos científicos a serem efectuados em Portugal sobre a sua ecologia e conservação. A contínua monitorização da população lupina tem sido efectuada durante os últimos anos pelo Instituto para a Conservação da Natureza e pelo Grupo Lobo (Associação não-governamental). Outros projectos de investigação a decorrer em Portugal são, principalmente realizados pelo Grupo Lobo e incluem radio-seguimento de lobos marcados, utilização de SIG (Sistemas de Informação Geográfica) para a definição de corredores ecológicos para populações fragmentadas, estudos genéticos, programas de revitalização do uso de cães de gado e estudos antropológicos.



Matthew Shorter (CRU)

O lobo no imaginário humano

Baseados nas manifestações culturais e artísticas que o Homem primitivo nos deixou, parece que este possuía uma relação de culto e admiração para com o lobo, representando-o com formas espantosamente realistas e correctas. Com efeito, apesar de neste período histórico da humanidade, dada a vulnerabilidade da nossa espécie, poder ser possível a predação pelo lobo, este nunca é representado como um animal ameaçador. Um indício deste relacionamento é-nos dado pela forma como as sociedades primitivas, ainda actualmente existentes, vêem o lobo (e.g. culturas indígenas da América do Norte). Contudo, na Europa, principalmente a partir do período medieval, o lobo começa a possuir a conotação de besta maligna; devoradora de homens, mulheres e crianças, imagem essa difundida posteriormente por todo o Mundo através das viagens de descobertas e colonizações dos vários países Europeus. As causas desta atitude parecem ter origem, principalmente, na utilização do lobo por parte da Igreja Católica como símbolo satânico, animal que põe em causa "o rebanho

de Deus", ou seja, a Humanidade Católica. A grande religiosidade das gentes medievais depressa assimilou esta ideia, dando ao lobo uma dimensão mitológica e sobrenatural.

A religiosidade ainda expressa nas actuais comunidades agro-pastoris das montanhas do Norte Ibérico, associado ao isolamento em que vivem, permitiram a sobrevivência até hoje de um rico património cultural relativo à sua relação com o lobo. Este património é expresso em várias lendas, mitos, crenças e aspectos materiais, muitos deles ainda hoje vivos nos habitantes serranos da Península Ibérica, e que já é impossível encontrar em outras regiões da Europa.

As manifestações culturais da relação do Homem rural com o lobo, que ainda se podem encontrar nas zonas serranas do Norte de Portugal podem ser de dois tipos. Podem resultar da figura do lobo como uma ameaça real (origem de raças autóctones de cães pastores, coleiras e armaduras anti-lobo usadas por esses cães, estruturas para a captura de lobos) ou do lobo como ser mítico e sobrenatural (histórias de lobisomens, rezas para prevenir



os prejuízos e as influências malignas do lobo, utilização de partes do lobo - dentes caninos ou um troço da sua traqueia - como cura de doenças em animais domésticos, atribuíveis ao lobo). É necessário, também, ter em conta os "mitos modernos" do lobo, ou seja, a ideia generalizada da parte das populações rurais, de que existem soltas massivas e deliberadas de lobos por parte do Estado ou grupos ecologistas.

Este ódio ao lobo, baseado na maioria das vezes em mitos e crenças falsas, levou à sua perseguição implacável, recorrendo-se para isso a diversos meios, alguns deles verdadeiramente elaborados e bizarros. Durante o século XIX e início do século XX foram publicados autênticos manuais descrevendo inúmeras formas e conselhos para exterminar este carnívoro; batidas com cães, batidas com redes, laços, ferros, iscos envenenados (inicialmente com noz vômica e posteriormente com estricnina), tudo era permitido na guerra contra o lobo. No entanto, talvez seja o fojo do lobo, nas suas diversas variações, a forma de combate a este predador mais peculiar em todo o Mundo. Isto porque, estas estruturas, frequentemente efectuadas em pedra e cuja origem poderá remontar a vários séculos, têm nas montanhas do Noroeste ibérico, a principal e praticamente única área de ocorrência a nível mundial. ■

* Biólogo, membro do Grupo Lobo desenvolve projecto de seguimento da população de lobo-ibérico do Noroeste de Portugal.

A PROTECÇÃO LEGAL DO LOBO EM PORTUGAL

O lobo ibérico (*Canis lupus signatus*) encontra-se especialmente protegido em Portugal através da Lei 90/88, de 13 de Agosto e Decreto-Lei 139/90, de 27 de Abril, além de estar protegido pela Convenção de Berna, Decreto 95/81, de 23 de Julho e Decreto-Lei 316/89, de 22 de Setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 196/90, 18 de Junho).

Infelizmente, verifica-se uma grande desarticulação entre a Convenção de Berna (e o diploma que a regulamenta em Portugal - Decreto-Lei 316/89, de 22 de Setembro) e a legislação que em especial se refere à protecção do lobo ibérico. Seria de todo salutar que esta legislação especial de protecção do lobo desenvolvesse o regime da Convenção de Berna, i.e., que protegesse especialmente o lobo. E isto quer no sentido de ir mais além no alcance de situações censuradas, alargando o leque das infracções previstas, quer no sentido de censurar mais severamente essas infracções, fazendo-lhes corresponder sanções particularmente agravadas. O que acontece é exactamente o contrário. Os dois diplomas que em especial se referem à protecção do lobo ibérico, aqui especialmente visados, sofrem só por si de graves defeitos. Desde logo a própria Lei 90/88 ao proibir, e muito bem, o abate ou captura do lobo, esquece-se de fixar ou indicar qualquer cominação para essa proibição (o mesmo acontecendo com o Decreto-Lei que a regulamenta). Assim, esvazia-se totalmente a eficácia desta norma que é, sem dúvida, o corolário da proclamada protecção do lobo ibérico - como se protege um animal se não se comina o seu abate? Que pretensões de prevenção geral ou especial poderá ter uma proibição sem consequente sanção? É por demais sabido que para uma norma ser jurídica é imprescindível que ao seu incumprimento corresponda a uma sanção. Por outro lado, a Lei 10/88, atribui relevância penal à "detenção, transporte, comercialização e exposição de exemplares vivos ou mortos ou naturalizados" - estes comportamentos deveriam assim constituir um tipo legal de crime. No entanto, e esta é uma crítica fundamental, o Decreto-Lei que diz regulamentar esta Lei faz tábua rasa do aí preceituado e, numa regulamentação patentemente ilegal, atribui dignidade meramente contra-ordenacional, e não já penal, a estas infracções. Com isto fica coarctada a Lei e sua eficácia.

Desta legislação é ainda de salientar o baixo valor das coimas e o baixo valor dos mínimos abstractos previstos. Neste aspecto, nota-se mesmo discrepância com a própria regulamentação da Convenção de Berna; refira-se que as coimas aí previstas são bastante superiores, em especial quanto ao seu mínimo. A título de exemplo: a "detenção" de um lobo ibérico é punida no Decreto-Lei 129/90, de 27 de Abril com uma coima entre 7 e 400 mil escudos, enquanto a "detenção" de animais incluídos no Anexo II da Convenção (onde se encontra o lobo) é punida pelo Decreto-Lei 316/89, de 22 de Setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 196/90, de 18 de Junho - note-se que é publicado escassos 3 meses depois do Decreto-Lei 139/90) com coima entre 50 e 500 mil escudos. E, com certeza, também aqui somos obrigados a aplicar o regime mais favorável ao arguido...

É caso para se dizer que se esta legislação especial protege alguma coisa, não é de certeza o lobo. ■

Carlos Maia, advogado



Preservar o Ambiente Cuidar o Futuro

Sistema para recolha selectiva multimaterial
- Ecocentros



Sistema para recolha selectiva multimaterial
- EcoPontos (escolas e via pública)



Recolha selectiva porta-a-porta em zona-piloto



Promoção da limpeza da Cidade
Implementação do novo Regulamento de Resíduos
Sólidos e Limpeza Urbana



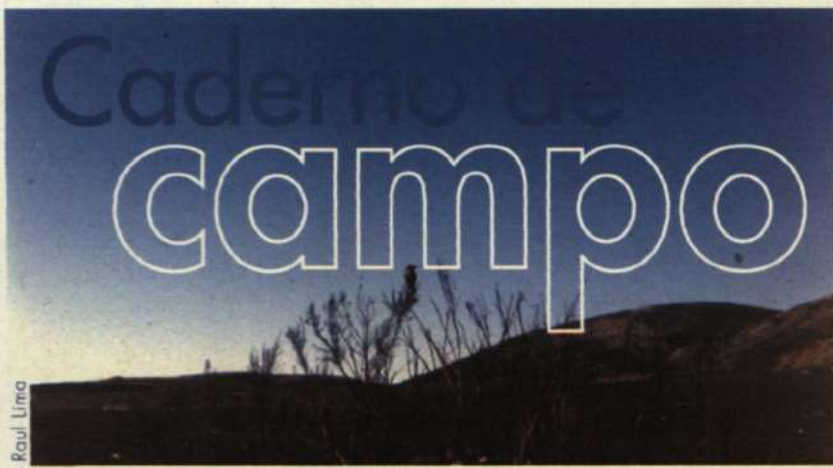
Programas de informação e sensibilização
procurando a participação activa da população



Câmara Municipal do Porto – Pelouro do Ambiente

Direcção Municipal do Ambiente e Serviços Urbanos – Rua de S. Dinis, 249 – 4250-434 Porto – Telef.: 22 834 94 90 – Fax: 22 834 94 99
Gabinete do Ambiente – Rua da Restauração, 252 – 4050-500 Porto – Telef.: 22 605 18 70 – Fax: 22 605 18 79
gabambiente.cmp@mail.telepac.pt





Os desportos radicais e a (des)protecção da Natureza

Salta à vista de qualquer um a importância dos chamados «desportos radicais» na nossa sociedade. Esquecendo um pouco a destreza ou coragem dos praticantes das várias modalidades, atentemos nos danos que, eventualmente, possam estar a infligir à Natureza nos locais onde os praticam. Não queremos com isto dizer que os praticantes de desportos radicais não gostem dos locais que escolhem ou não tenham algum cuidado ambiental nas suas actividades. Muitas vezes são até pessoas sensíveis à protecção ambiental, temporariamente «distráidas». Simplesmente e por um lado, a pressão humana torna-se assustadora nesses locais que até há pouco estavam mais ou menos salvaguardados, e por outro lado há certamente uma enorme ignorância, quer deles quer do público, dos estragos (absolutamente não justificáveis) que podem provocar. Vamos analisar, com algum pormenor, algumas das perturbações ambientais mais importantes dos mais nocivos desportos radicais.

Escalada (e afins)

Para além da degradação de paredes e formações rochosas por vezes notáveis e de interesse paisagístico, a escalada pode ter consequências extremamente nefastas na vida selvagem. Acontece que as paredes de pior acessibilidade (já que o conceito de «inacessibilidade» tende a tornar-se obsoleto) são as preferidas quer pelos praticantes de escalada quer por uma série de aves.

É o caso de aves de rapina como a Águia-real (*Aquila crhysoethos*), o Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o Peneireiro-vulgar (*Falco tinunculus*) e a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) - esta última infelizmente fonte de menor preocupação, já que recentemente se extinguiu o último casal nidificante em Portugal Continental - bem como do Corvo (*Corvus corax*) e da Gralha-de-bico-vermelho (*Phyrrocorax phyrrocorax*), não esquecendo, entre outras, algumas necrófagas e aves de menor porte que nidificam muitas vezes em colónias, como a Andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), a Andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e a Andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*).

A situação é particularmente grave na época da nidificação. Incomodar uma ave na altura da postura ou do choco ou mesmo quando tem crias, pode representar o fim destas e até da espécie se essa se encontrar em vias de extinção e a geração seguinte representar a última esperança da sua sobrevivência.

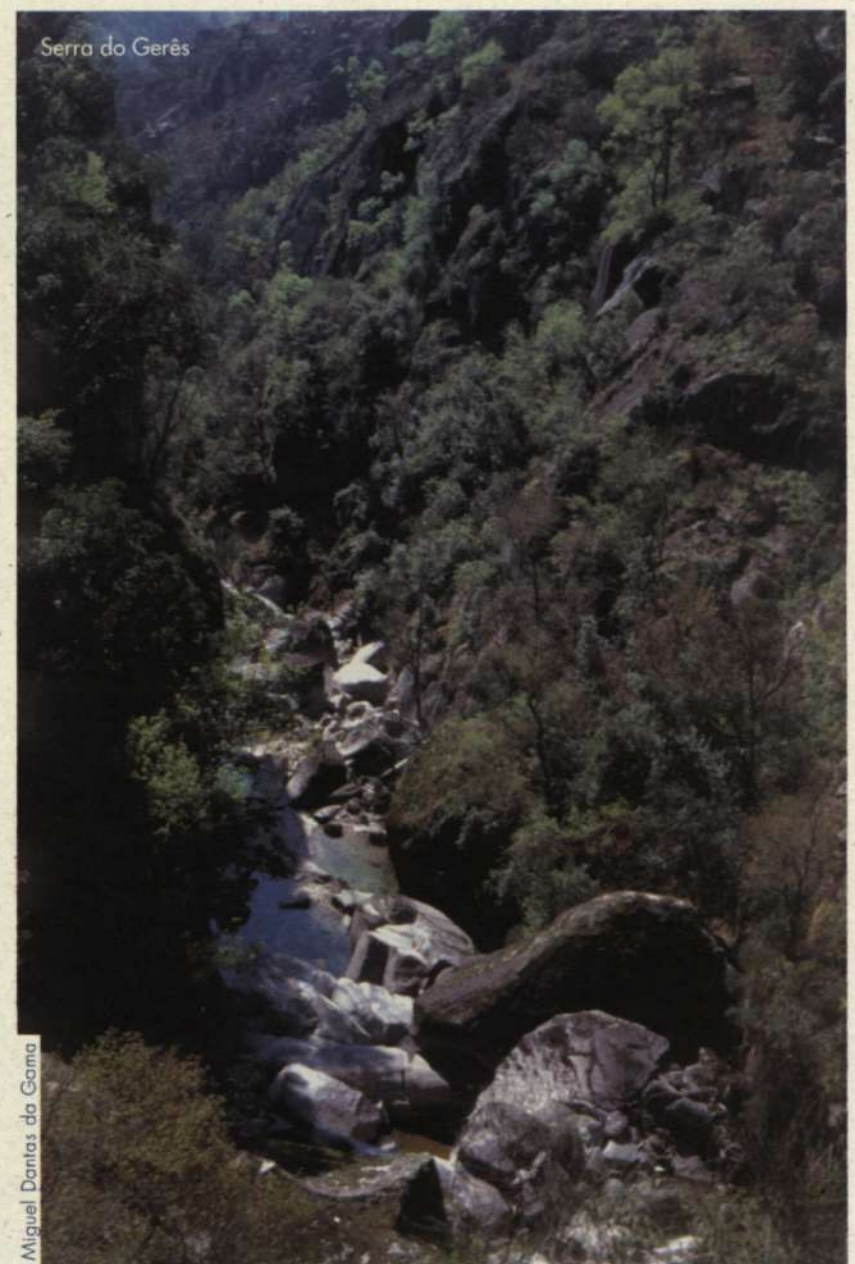
Há que fazer um parêntesis aqui: em certos locais devia-se pura e simplesmente, proibir a prática da escalada, mas em zonas de área alargada, sem que qualquer satisfação tenha ou deva ser dada. É que não se pode justificar a proibição da escalada no sítio X por ali existir a espécie Y ou Z, sob risco de a sua divulgação poder representar o fim desses exemplares, por pilhagem ou puro vandalismo. Assim, torna-se necessário criar zonas alargadas de interdição total. O que nos leva, no caso das áreas protegidas, a um aparente absurdo: a necessidade de áreas protegidas nas... áreas protegidas. Mas se a fiscalização não é eficaz em nenhum dos casos...

Canyoning, rafting

Os desportos de rio, como o canyoning e o rafting, são altamente prejudiciais para a fauna que vive ou frequenta esses locais, como as lontras (*Lutra lutra*) e as toupeiras-de-água (*Galemys pyrenaicus*) e também para as rapinas que possam viver em escarpas nesses estreitos. A presença de uma série de pessoas nesses locais, pela perturbação que provoca, pode pôr em risco o equilíbrio ecológico local. Além disso, os locais mais bem preservados actualmente - dos incêndios e queimadas para a pastorícia, nomeadamente - são precisamente as matas ribeirinhas, com espécies cada vez mais raras da nossa flora e servindo de abrigo a uma série de animais, como o corço (*Capreolus capreolus*), pelo que deve ser usufruída apenas por quem as saiba respeitar e cuidar; ora, a prática de desportos radicais numa dessas zonas não é certamente, antes pelo contrário, em benefício dela, tanto mais que sabemos serem desportos relativamente ruidosos, graças à adrenalina a eles inerente...

Todo-o-terreno

Assunto delicado, este... Não é necessário consultar as estatísticas relativas à venda de veículos deste tipo (4x4, motociclos ou BTT) para sabermos a forte implantação que tiveram em Portugal; é suficiente estar-se ligeiramente atento como peões ou como condutores às viaturas que nos rodeiam para verificarmos o enorme número de jipes que por aí circulam. Com a típica publicidade aos todo-o-terreno a ajudar, mostrando-os em belíssimos percursos nas montanhas onde todos gostaríamos de estar,



tentando convencer-nos que «de outro modo» não poderíamos ali chegar, vemos, impotentes, estes monstros devorar matas, deixando inscritos na paisagem os ziguezagues duplos que a ela «faltavam», atravessar cursos de água límpida, subir e descer encostas perseguidos de invejáveis nuvens de poeira, tudo isto rugindo sempre furiosamente como se de feras africanas se tratassem. Como estas, conseguem, sim, afugentar a maior



conseguem, sim, afugentar a maior parte da fauna. Ao contrário daquelas, não se integram, de modo nenhum, no ecossistema nem na paisagem (não, nem salvo melhor opinião).

Face à quantidade de impactos negativos que pode ter a actividade do todo-o-terreno, aos mais sensíveis e que porventura desconheciam o mal que podiam estar a causar, aos que forem capazes de prescindir desses locais pelo bem da flora e de inúmera fauna que vive no chão e que já muitos problemas tem de enfrentar com os fogos e queimadas (no caso das aves, as várias espécies de Tartaranhões (*Circus cyaneus*, *C. aeruginosus* e *C. pygargus*), as perdizes (*Alectoris rufa*), as codornizes (*Coturnix coturnix*), as laverças (*Alauda arvensis*), as cotovias (*Lullulea arborea*), etc., as limícolas e, nas praias, as aves costeiras que nidificam no solo; de todos os répteis e anfíbios, de mamíferos e micromamíferos que podem ser esmagados), a esses a Natureza agradece.

De facto, se há certamente quem saiba usar essas viaturas, há verdadeiros vândalos (conscientes ou não) que as levam, saindo das estradas principais, para montanhas em Reservas Naturais - por definição, património natural e cultural que se procura preservar e que, por isso mesmo, deve ser usufruído pelo meio menos agressivo, ou seja, a pé.

Não haverá necessidade de impedir que se pratique o todo-o-terreno desde que se o faça em locais previamente estabelecidos; promova-se, se necessário, e em zonas onde o impacto ecológico seja reduzido, a construção de parques ou pistas para a modalidade, tal como para o automobilismo, e resolva-se a situação com satisfação de praticantes e de ambientalistas.

Motas de água

Além de reconhecidamente perigosas para os banhistas, quando nas mãos erradas, o ruído que emitem e a poluição das águas não é admissível em zonas de interesse ambiental.

Espeleologia

Não sendo, em geral, um desporto «radical» no sentido a que normalmente é atribuído esse termo, não resistimos a incluir aqui apenas uma nota aos praticantes dessa modalidade, em particular aos amadores, chamando a atenção das colónias de morcegos que por vezes habitam em grutas (lembramos que todas as espécies de morcego estão protegidas por convenções internacionais).

Evite-se, de todo, perturbar estas colónias, já que quase todas as espécies de morcegos são vulneráveis e algumas correm mesmo perigo de extinção.

Caminhada

Mais uma actividade que não se pode considerar como sendo «radical» no sentido habitualmente empregue mas que o é sem dúvida para a Natureza quando praticada por grupos constituídos por dezenas ou mesmo centenas de pessoas. Diversos clubes, escolas, associações ou outras entidades promovem frequentemente caminhadas, passeios «ambientais», de «contacto com a natureza», muitas vezes com a finalidade de educação ambiental. Mas, perguntemo-nos, que educação ambiental é dada aos participantes nesse grupo se, logo à partida, se incorre no erro de levar uma enorme massa humana, quase sempre de ululantes crianças no seu pleno direito de correr e brincar por entre a vegetação mas, sem que de tal se apercebam, aterrorizando toda e qualquer fauna que viva nas redondezas, pisoteando plantas e executando demais actividades «ambientais». Não se julgue pelo aqui exposto que não consideramos os passeios pelo campo ou montanha importantes, antes pelo contrário; mas apenas em pequenos grupos (digamos, num máximo de dez elementos), com orientadores que expliquem aos participantes o que estão a ver, o que devem fazer e não fazer (como: não falar alto, evitar sair dos trilhos pré-estabelecidos, e os clássicos «não fazer lixo», não colher plantas ou animais, etc.) É evidente que sabemos que os orçamentos para as escolas para as saídas de campo são limitados, daí a opção nos grupos grandes;

mas se o que se pretende fazer é educação ambiental, pense-se noutros modos. Já agora, porque não pegar nesses grandes grupos e reivindicar maiores orçamentos para se poderem realizar passeios de... ..pequenos grupos?

Conclusão

Proliferando os clubes que promovem os desportos radicais e sendo sem dúvida modalidades atraentes para os jovens, é urgente que se tomem medidas mais eficazes para terminar com a situação descontrolada que se verifica actualmente.



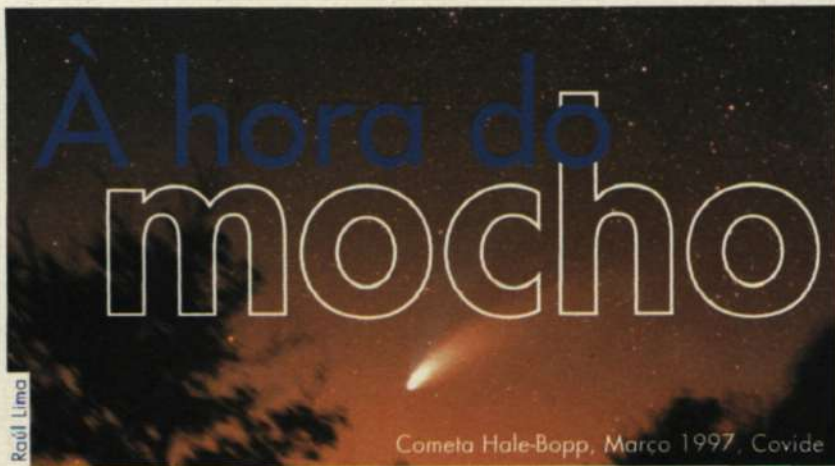
© José Projecto 99

Estuário do Tejo

Pelas suas características próprias, os melhores locais para a prática dos desportos radicais estão quase todos inseridos em áreas protegidas. Com a deficiente fiscalização no terreno, perde sentido o epíteto «protegidas» e toma o seu lugar «indiscriminadamente usufruíveis». Quando pretendem escapar a eventuais incómodos ou chamadas de atenção ao promover actividades em zonas mais sensíveis, os clubes limitam-se a informar publicamente que tal modalidade vai decorrer, por exemplo, no Alto-Minho, em determinada data. Quem ler nas entrelinhas, lerá, neste caso e na maior parte das vezes, Parque Nacional da Peneda-Gerês. Notamos também alguma ausência de vontade em fiscalizar e actuar pois em muitas situações não é possível alegar falta de informação: esteja-se atento aos meios de comunicação social onde são divulgadas as actividades «da semana» ou «do mês» (caso do «Público» e do «Expresso», por exemplo) e contacte-se a empresa responsável ou aja-se no local. Ou consulte-se a Internet, nas páginas portuguesas da especialidade, e veja-se a quantidade de iniciativas a realizar ou já realizadas, por vezes ilustradas com fotografias do «crime».

Não advogamos, naturalmente, o fim dos desportos radicais; apenas julgamos, ao contrário dos que os defendem «sem limites», ser imperativa a imposição de limites. Promover locais para a sua prática e proibí-la noutros é uma necessidade, fruto da rápida implantação e proliferação desses desportos. A bem de todos e do que resta de flora e fauna. Sabemos como funcionam as instituições e autoridades em termos de celeridade na actuação. Por isso, apelamos aos clubes e aos praticantes dessas actividades que, no interesse de todos, se informem sobre os locais onde o pretendem praticar. E que, na dúvida, não o pratiquem aí. ■

Raul Lima



Cometa Hale-Bopp, Março 1997, Covide

Nesta coluna de astronomia, de forma necessariamente reduzida e a par de outras informações sobre temas específicos da astronomia, tentaremos dar conta do que se pode observar no céu nocturno nos trimestres respectivos. A observação do céu nocturno faz, sem dúvida, parte da observação da Natureza. Pode inclusivamente ser um complemento da observação da vida selvagem, quando aguardamos pacientemente que um dado animal resolva aparecer; ou mesmo uma fonte de surpresas quando apenas estávamos, de facto, a observar o céu e nos aparece uma raposa, uma lebre ou uma coruja distraídas ao pé de nós... Para uma noite astronómica, para além da escolha de um local sem iluminação, o único requisito é: muito, mesmo muito, agasalho, do qual deverá fazer parte um gorro, em particular no Inverno. Uma bebida quente num termos e uns binóculos (no mínimo 7x50) ajudarão bastante, também.



As constelações do trimestre

Orientemo-nos primeiro no céu nocturno. Para tal precisamos de encontrar as constelações mais conspícuas que nos sirvam como indicadores. Começemos por procurar a Ursa Maior, constelação grande, de estrelas brilhantes e de forma facilmente identificável (tente imaginar uma frigideira ou caçarola sobreposta nas sete estrelas principais). Após identificada, siga a direcção das duas estrelas mais afastadas da pega e conte a distância do intervalo entre elas cinco vezes, na direcção em que sairia o fumo da caçarola. Irá encontrar aí uma estrela alaranjada – Polaris ou estrela Polar. Nessa altura, acaba de descobrir o Norte! A estrela Polar funciona permanentemente como bússola, pois encontra-se praticamente no alinhamento do eixo de rotação da Terra, que atravessa os polos. Polaris é a estrela da ponta da cauda de uma outra constelação, a Ursa Menor, parecida com a sua companheira Maior mas com estrelas menos brilhantes.. Aproveitemos o regresso à Ursa Maior para começar a reparar noutros pormenores: olhe com atenção para a segunda estrela (a contar da ponta) da cauda da Ursa Maior, Mizar; se a sua acuidade visual for boa, verá aí duas estrelas e não uma como à primeira parecia. Se não conseguir ver a olho nu, aponte os binóculos e será evidente esse segundo astro (Alcor), de menor brilho. O par Mizar-Alcor é um dos mais conhecidos exemplos de estrelas duplas.

Vire-se agora de costas para o Norte. Poderá ver então a mais bonita e uma das mais interessante constelações de todo o céu. A portentosa constelação de Orion (figura mitológica, o Caçador, mas permitimos-lhe um espaço na **Tribuna da Natureza...**) é visível a Sul durante todo o Inverno, após o crepúsculo. As cores das suas duas estrelas mais brilhantes - Betelgeuse, em cima à esquerda, vermelho-alaranjada e Rigel, em baixo à direita, azulada – são bem visíveis. Se as cores não forem evidentes a olho nu, experimente com os binóculos. A meia distância entre essas estrelas encontrará um trio de outras alinhadas numa recta, equidistantes e de brilho semelhante, conhecidas como as Três Marias ou os Três Reis Magos, que formam o cinturão do caçador. Do cinturão pende uma espada, representada por um alinhamento de estrelas quase na vertical; se apontar os binóculos para esta região verá, no lugar do que parecia

uma estrela, uma espécie de nuvem esbranquiçada – a famosa Grande Nebulosa de Orion, gigantesca fábrica de estrelas. Um truque para observar este tipo de objectos difusos – quando o encontrar, mantenha-o no centro do campo de visão dos binóculos mas olhe ligeiramente para um dos lados. Notará que consegue distinguir mais pormenores do que olhando directamente. Sem entrar em grandes detalhes, o que acontece é que o centro da retina não é a parte mais sensível desta. Prolongando a recta formada pelas Três Marias para Este (esquerda), encontrará a estrela mais brilhante (brilho aparente, resultante dos factores luminosidade real da estrela e distância à Terra) de ambos os hemisférios: Sírius, da constelação de Cão Maior, companheiro de caça (nova concessão da Tribuna...) de Orion.

Logo acima e à direita (Oeste) de Orion encontrará a constelação do Touro, com a sua estrela mais brilhante (Aldebaran, alaranjada) rodeada por um grupo de outras, estas na realidade associadas entre si, constituindo um chamado enxame aberto (neste caso, as Híades), conjunto de estrelas com origem numa mesma região do espaço. Um pouco mais a Oeste encontrará um outro enxame de estrelas, mais conhecido: as Pléiades, de forma algo semelhante às Ursas mas de dimensão aproximadamente igual a dois diâmetros aparentes da Lua, apenas. A olho nu verá à volta de umas sete estrelas; com uns binóculos poderá contar umas dezenas.

☉ Sistema Solar neste trimestre



Júpiter e Saturno - ambos amarelados mas o primeiro de maior brilho - são visíveis ao princípio da noite, a SO, desaparecendo no horizonte progressivamente mais cedo à medida que a estação avança. Com binóculos, pouco pode observar em Saturno. O seu maior satélite, Titan, é visível mas os anéis do planeta requerem um telescópio. Quanto a Júpiter poderá notar, com uns binóculos, que ao contrário das estrelas, a sua imagem não é pontual mas apresenta um pequeno disco. Em torno deste poderá ver até quatro dos seus satélites – Ganimedes, Callisto, Europa e Io (descobertos por Galileu). Se não os vir a todos numa dada noite, aguarde umas horas ou um dia ou dois e vê-los-á com grande probabilidade. Poderão estar a passar por trás de Júpiter ou pela frente, sendo esta última situação não visível de binóculos.

Marte, avermelhado, será visível a partir do início de Fevereiro, a Oeste, deslocando-se um pouco para Este nas noites seguintes. Marte, Júpiter e Saturno estarão em conjunção (isto é, próximos uns dos outros no céu) em meados de Março, ao crepúsculo, despedindo-se do Inverno.

O planeta Vénus, de um branco intenso, será visível antes do nascer do Sol. Em caso algum haverá que enganar: na escala de brilhos dos corpos da esfera celeste, Vénus vem em terceiro lugar, a seguir ao Sol e à Lua.

Também Mercúrio poderá ser avistado a partir de meados de Fevereiro e só durante alguns dias, junto ao horizonte Oeste, cerca de uma hora após o pôr-do-Sol. Na madrugada do dia 21 de Janeiro ocorrerá um eclipse total da Lua. A cor (laranja ou vermelha) que pode tomar um eclipse total do nosso satélite depende muito das poeiras existentes na atmosfera da Terra; no caso de haver, por exemplo, uma erupção vulcânica próxima ou mesmo na Europa, poderemos assistir a um eclipse de um vermelho intenso.

O Sol está também a entrar no período de máxima actividade (o que se verifica todos os 11 anos), podendo dar origem a uma ou outra aurora boreal visíveis à nossa latitude. Consulte as páginas de Internet referentes ao assunto para previsões em cima da hora. **N**

Raul Lima - Licenciado em Astronomia

Algumas páginas Internet úteis:

Novidades: <http://www.skypub.com/news/news.shtml> (actualizada regularmente, nela encontrará também outros links para mais informações sobre eclipses, chuvas de meteoros, novos cometas e informação sobre astronomia em geral);

Chuvas de meteoros: <http://www.maa.mhn.de/Comet/index.html>

Eclipses: <http://planets.gsfc.nasa.gov/eclipse/>; Previsão de auroras boreais: <http://www.spaceweather.com>





Alexandra C.P. Lima

Outeiro, Terras do Barroso

A arqueologia e a conservação DA NATUREZA

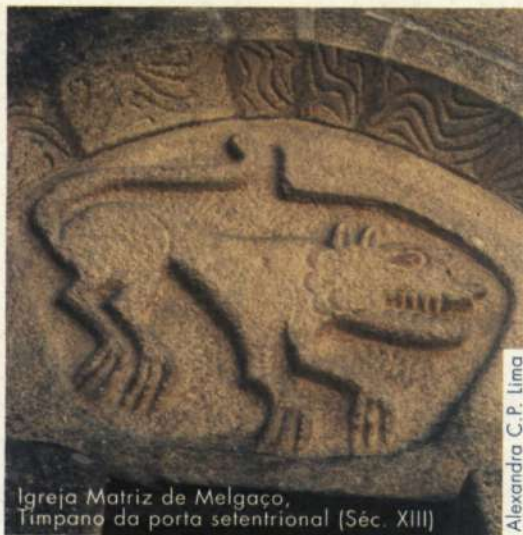
Este texto resulta de uma reflexão sobre a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), com vista a elaborar um documento que servisse de ponto de partida a um parecer da Associação Profissional de Arqueólogos.

Como fica aliás claramente expresso nalguns comentários apresentados durante o período de discussão pública da ENCNB, há um conjunto de aspectos que importam à conservação da natureza com os quais a arqueologia se prende muito directamente. Desde logo pelo que a investigação arqueológica pode trazer de conhecimentos relevantes, de uma forma directa e auxiliar, fornecendo dados designadamente paleoambientais ou, de forma mais global e complementar, procurando estabelecer a génese, evolução e alteração das paisagens.

O património arqueológico pode, pelo seu lado, beneficiar grandemente com políticas de ordenamento e planos de conservação da paisagem e da natureza que salvaguardem monumentos e sítios arqueológicos ou com potencial arqueológico. De um modo mais global, uma vez que os patrimónios, natural e cultural, tantas vezes se sobrepõem, se mesclam e interagem organizando as paisagens. Esta estreita ligação sobressai desde logo em abordagens que se prendem com o estudo, preservação ou ordenamento da paisagem, sejam elas tão diversas como as que enformam os Estudos de Impacte Ambiental ou os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

A Arqueologia e a paisagem

Partindo de uma perspectiva arqueológica, as Áreas Protegidas, bem como o único Parque Arqueológico do país tutelado pelo Ministério da Cultura, o Parque Arqueológico Vale do Côa (PAVC), são áreas privilegiadas para o estudo da formação da paisagem nas suas várias componentes: núcleos povoados e sua relação com o relevo e rede hidrográfica;



Igreja Matriz de Melgaço, Timpano da porta setentrional (Séc. XIII)

Alexandra C.P. Lima

habitado a outro e de cada um deles aos vários recursos que o território oferece; área agricultada e sua relação com a área de monte, de pastagens ou florestada. Escapando em grande medida à pressão demográfica dos centros urbanos e suas periferias e ao furor construtivo contemporâneo, com planos de ordenamento já em vigor ou em elaboração, que poderão travar mutações de maior monta, a paisagem resiste de algum modo à transformação do rural em urbano que marca outros pontos do território.

Como se estabelece o equilíbrio em cada período histórico entre aquelas diversas componentes - sejam povoados, caminhos, área agricultada ou incultas -, de que forma a paisagem reflecte o balancear entre épocas em que o pastoreio ganha em importância ou recua, a agricultura alarga o leque de cultivos ou se especializa em determinada cultura, em que a área de monte se alarga ou, pressionada pelo aumento demográfico, recua por vezes drasticamente perigando um equilíbrio vital para a produtividade dos campos, são perspectivas que compõem uma abordagem arqueológica. Trata-se de perceber o complexo jogo de aproveitamento de recursos ligado às estratégias de sobrevivência das comunidades. Por vezes, atingido um dado ponto de equilíbrio na exploração de um conjunto de recursos, perdurará por séculos. Assim é que a composição do modelo actual de povoamento radica na Baixa Idade Média. Tomando como exemplo a área do PAVC, é então criada uma rede de vilas, dotadas de um termo, que as tornava entidades viáveis do ponto de vista dos recursos explorados (cf. DORDIO, 1998). Das vilas cabeça de território, em torno das quais se estendem as terras agrícolas de aproveitamento mais intensivo, partiam os grandes eixos viários para o exterior e de ligação às várias aldeias do termo que dispunham também elas de um aro de terras agricultáveis. A caracterização do território e dos recursos presentes face à implantação dos povoados, a análise da estrutura da rede viária, que liga os povoados ou conduz aos recursos que se exploram, permitem identificar e estabelecer, com o apoio da pesquisa documental, os modelos de ocupação do espaço, aproveitamento de recursos e consequente formação da actual paisagem, bem como esclarecer os mecanismos que conduziram ao desenvolvimento de alguns núcleos povoados e ao despovoamento de outros. Da mesma forma, e para tomar outro exemplo, ao longo da Baixa Idade Média a Serra da Peneda é, por força de um modo de vida, que ganha as cotas mais elevadas para a implantação de povoados sazonais agrícolas e pastoris, paulatinamente ordenada em áreas de brandas e de inverneiras, de campos agricultados e amplos incultos, fornecedores de lenhas e matos, pastagens e produtos silvestres.

Problemas comuns de conservação

Só muito recentemente, face à ruptura dos anteriores sistemas de subsistência, os territórios associados àquelas comunidades se encontram em vias de perder anteriores utilizações. Mas, a despeito das múltiplas e profundas transformações protagonizadas pelas sucessivas gerações que habitaram estas áreas, desde a época em que a monarquia se consolida, por um período que ultrapassa o meio milénio, o modo de vida não sofreu alterações de natureza, o sustento mantém-se preso à terra. Dessa forma, quando estabelecemos o modelo de povoamento que resulta de um ordenamento baixo-medieval do território, estamos a tratar com um modelo que ainda vive, pelo menos em parte, e os mecanismos de salvaguarda confundem-se em grande medida com os instrumentos de gestão que possam permitir que as vilas e aldeias se mantenham como centros de povoamento e que os campos e os recursos silvestres continuem a ser explorados e viáveis. Assim, quando entendemos como património arqueológico a paisagem, que resulta de uma dada organização do espaço, estamos a falar da preservação de um equilíbrio - com claras e necessárias mutações, diárias e conjunturais, nalguns casos mais profundas - mas de um equilíbrio em que intervêm áreas fortemente antropizadas, como os povoados, (aos quais, no caso dos núcleos rurais, se associa uma elevada biodiversidade), e áreas progressivamente marginais do ponto de vista da construção humana, sejam os bosques, as matas, as pastagens e as zonas de mato. Desta forma, os pontos de ligação com a conservação da natureza resultam evidentes. Desta imbricação decorre que, uma desejável construção intersectorial e transdepartamental de instrumentos de planeamento permitirá definir estratégias concertadas de ordenamento e conservação. A salvaguarda do património arqueológico e, muito particularmente, da paisagem rural nas APs e Parques



Arqueológicos, depende necessária e estreitamente de políticas de ordenamento do território, de políticas urbanísticas e decisivamente das políticas agrícolas e florestais.

Neste sentido, para além de um conjunto de preocupações ligadas ao papel da investigação arqueológica e à protecção do património arqueológico que a ENCNB não contempla, gostaríamos de enfatizar neste artigo a necessidade de concertação entre as entidades que tutelam o património arqueológico e arquitectónico e o património natural, perspectiva que a ENCNB não partilha. Esta ligação, que tem vindo aliás a ser promovida e desenvolvida pela sociedade civil organizada em associações¹ tem o seu palco privilegiado nas APs tuteladas pelo Ministério do Ambiente e no Parque Arqueológico,



pelo Ministério da Cultura². Com a exigência de um ordenamento consubstanciado em planos, que idealmente assentarão em investigação interdisciplinar, e que serão dotados de uma eficácia real, se para tal houver determinação, é fulcral a aposta sólida e decisiva no ordenamento destes espaços. Que passa pelos conceitos de investigação, preservação e conservação, mas também por perspectivas dinâmicas e arrojadas que considerem conjuntamente o planeamento arquitectónico e urbanístico, patrimonial e as políticas florestais e agrícolas. Por isso, alguns projectos de preservação da fauna nos parecem clarividentes e exemplares como os que articulam a revitalização de pombais, ou a promoção do pastoreio e da gestão agro-silvo-pastoril com a protecção de espécies de aves³. Que a gestão de cada território ganha em firmemente assentar no conhecimento da sua história é nossa profunda convicção - entender o modo como, século atrás de século, volvidas construções, subtis ou drásticas mudanças, destruição, continuidades e infinitas redes de interacções, se compuseram as paisagens actuais.

*Alexandra Cerveira Pinto Lima

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

BERLINER, 1999 - BERLINER, Ana Lúcia - *Conservação da comunidade de aves rupícolas do vale do Côa* in PINTO, 1999 - PINTO, Fernando Maia - *O Parque Arqueológico do Vale do Côa: projectos, iniciativas e gestão*, «Arkeos», 6, 1999, p. 279-300.

DORDIO, 1998 - DORDIO, Paulo - *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas Medievais*, «Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo», Vila Nova de Foz Côa, 1998, p.15-73.

LIMA, 1996 - LIMA, Alexandra Cerveira Pinto - *Castro Laboreiro, povoamento e organização de um território serrano*, Cadernos Jêtz/Xurês, 1, Braga, PNPG, 1996.

LIMA, 1998 - LIMA, Alexandra Cerveira Pinto - *Ler na paisagem contemporânea paisagens medievais e modernas*, «Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo», Vila Nova de Foz Côa, 1998, p. 202-204.

*Arqueóloga, Vice-Presidente da Associação Profissional de Arqueólogos

¹ Foi disto exemplo o recente encontro em que se debateu a situação do Património em Portugal, encontro promovido pela Associação Profissional de Arqueólogos e no qual colaboraram activamente a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, a Ordem dos Arquitectos e a Associação Profissional dos Conservadores-Restauradores de Portugal, tendo sido agendadas uma série de realizações conjuntas.

² Chama-se ainda a atenção para a absoluta necessidade de promover as abordagens comuns, ou fortemente interligadas, dos aspectos relativos ao património natural e ao património arqueológico e arquitectónico nas Estudo de Impacte Ambiental.

³ Cf. BERLINER, 1999.



Preferida
EMBALAGENS

PREFERIDA - EMBALAGENS

PREFERIDA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA
RUA 5 DE OUTUBRO, 18 - 4520 SANTA MARIA DA FEIRA
TEL. 256 36 38 65



nc

Norberto - costureiro
NORBERTO & DEOLINDA, LDA

ALTA COSTURA DE SENHORA

NORBERTO & DEOLINDA, LDA
ESCRITÓRIO E VENDAS: RUA DE SANTA CATARINA, 72-2º - 4000 PORTO
FÁBRICA: RUA SANTO ILDEFONSO, 362-1º - 4000 PORTO
TEL 22 510 68 05



Gorilas da montanha

No território dos

O REGRESSO da ESPERANÇA

Paulo Caetano

A paz chegou aos Virunga, último reduto dos raros gorilas de montanha. Aqui, a esta floresta húmida onde a morte reina. Quase endémica, presente desde sempre. Durante anos, as guerras civis que dilaceraram o Ruanda, o Uganda e o Congo arrasaram etnias inteiras, chacinaram famílias e destruíram aldeias. Ninguém conhece, de facto, as causas do conflito que opõe hutus e tutsis, povos que tradicionalmente se dedicam à agricultura e à pastorícia. A colonização ocidental e as fronteiras traçadas a régua e esquadro, que separam etnias antigas, são talvez as causas mais remotas. Depois, vem a cobiça e a ambição daqueles que, educados pelos colonizadores, aceitam explorar o seu povo em troca de uma parcela - instrumentalizada - de poder. A partir desse momento, a guerra é inevitável. No Ruanda, Congo e Uganda sucederam-se, durante décadas, os ditadores, os exércitos mercenários financiados pelas potências ocidentais, a depredação das riquezas naturais. E, como tristemente nos habituámos ao longo da nossa história, surgiu a violência irracional, aquilo que de pior a nossa espécie possui: matam-se os vizinhos, violam-se mulheres e crianças, cortam-se cabeças. As imagens sanguinárias e cruéis, captadas por repórteres de imagem intrépidos, correram mundo. Inevitavelmente, os massacres



acabaram a atingir os inocentes. Os mais inocentes de todos os habitantes selvagens do mato: os gorilas (*Gorilla gorilla beringei*). A violência descontrolada foi tal que os cientistas, que há mais de três décadas vivem - rotativamente - nos centros de investigação, tiveram de ser evacuados. Meio milhão de mortos, mais de 250 mil deslocados de guerra é o balanço, sempre provisório, dos últimos anos de guerra.

O caos tomou conta da região e as fronteiras deixaram, virtualmente, de existir. No sopé das montanhas, os refugiados - na ânsia de sobreviverem à fome - lançaram fogo

à floresta, arroteando terras pobres e infértis, cultivando com desespero. No alto refugiam-se os guerrilheiros das várias forças irregulares - que ora conquistam o poder ou estão na oposição - e lançam-se ataques mútuos. Como também têm dificuldade em sobreviver caçam tudo o que lhes surge pela frente. Para comer ou contrabandear. E os cinzeiros feitos com patas de gorila são dos "souvenirs" mais apreciados pelos turistas ocidentais. Cruéis e sanguinários ao contrário dos gorilas, vegetarianos pachorentos e pacíficos, com quem partilham à força a imensidão verde e sombria da floresta. ■



A bonança depois da tempestade

Agora, os Montes Virunga estão mais calmos. As guerrilhas e os exércitos regulares deslocaram-se para as terras baixas e a paz - ainda precária - regressou à montanha. Não se sabe por quando tempo, mas as tréguas já estão a ser aproveitadas pelos guardas florestais e pelos investigadores.

O principal objectivo é estabelecer novo contacto com os grupos de gorilas de montanha e lançar medidas urgentes que evitem a extinção da espécie.

É que, segundo cálculos dos especialistas, deverão existir apenas 620 espécimes



em todo o mundo. E, por ironia do destino, estão todos nesta encruzilhada sangrenta de África, onde o Congo, o Ruanda e o Uganda se unem e dividem. Pelo estampido das armas automáticas.

A abnegação dos guardas de natureza, das etnias tutsi e hutu, tem sido decisiva. Muitos deles perderam toda a família nestas anos de chumbo. Outros morreram, trespassados pelas catanas ou pelas balas dos inimigos, deixando orfãos e viúvas. Apesar disso, estão na linha da frente na defesa dos gorilas. Correndo o risco de encontrarem bandos de bandidos armados, que ainda se mantêm na selva, ou de pisarem uma das imensas minas anti-pessoais que continuam enterradas.

Os investigadores que os militares evacuaram, também, estão a regressar. Durante meses puderam testemunhar a violência que assolou a região e, agora, estão chocados com os elevados níveis de destruição. Aquilo que conheciam

já não existe. Nada escapou à demência humana. Nem os centros de investigação, considerados como santuários de paz e que, durante anos, foram poupados. "Karisoke, o antigo centro de investigação criado por Dian Fossey, está totalmente destruído. Depois da nossa partida apressada, em 1994, tudo foi desmanchado e pilhado", conta o biólogo Ian Redmond numa entrevista recente à Terre Sauvage.

Mas, para estes homens e mulheres empenhados e altruístas, a sua principal preocupação continua a ser os gorilas. "Depois desta guerra civil, pensamos que morreram vinte e três gorilas. Muito pouco se os compararmos com as centenas de milhares de vítimas, as atrocidades, o sofrimento humano nesta região. Mas, para nós conservacionistas, a morte de vinte e três animais numa população estimada de 600 gorilas é muito significativo", afirma este biólogo, que logo acrescenta: "Estes são os últimos gorilas de montanha do mundo. Eles pertencem ao património da humanidade e é por ela que devem ser protegidos".

Traumias de guerra

Mas, nem tudo são más notícias. Após um ano e meio de ausência da floresta, sem nenhum contacto com os gorilas e sem ter recebido qualquer notícia, Liz Williamson, a directora da Fundação Dian Fossey no Ruanda, regressou à montanha. E, aí, esperava-a uma surpresa. O grupo quatro, uma das famílias de gorilas que habitualmente seguia, não tinha sofrido nenhuma baixa: "No dia em que os descobrimos chorei de alegria. Era incrível que eles continuassem lá, vivos. Este milagre só foi possível porque a população do Ruanda, depois destes anos todos, está finalmente sensível à protecção dos gorilas", defende.

Claro que existem dificuldades. Aterrorizados pela guerra, os dorsos prateados conduziram os seus grupos, em silêncio, para as zonas mais recônditas da floresta. "Foi este tipo de comportamento defensivo e a sua inteligência que permitiu aos gorilas sobreviverem", explica Liz. "Todavia, alguns animais estão muito traumatizados. Um dos dorsos prateados que costumamos acompanhar simulou uma carga de ataque quando nos aproximámos e duas das fêmeas que têm crias não nos deixaram sequer chegar perto", esclarece. Apesar de ter temido o pior, Ian Redmond registou alguns indícios animadores: "Parece-nos positivo que os soldados não tenham lançado ataques directos sobre os gorilas. Os rebeldes, que podiam ter realizado uma campanha de terra queimada, também não o fizeram. Mas ambas as partes utilizaram explosivos e minas que provocam acidentes graves". Mas estes não foram os únicos problemas. A deslocação de centenas de milhares de refugiados que, principalmente em 1994, fugiram do Ruanda para o Congo deixou marcas profundas na floresta. "Para fugirem foi preciso atravessar o território dos gorilas". E a sua sobrevivência dependia de tudo aquilo que conseguissem recolher dentro do Parque Nacional". Mais uma vez, apesar do corte de grandes manchas florestais e de outros impactos fortemente negativos, os gorilas não sofreram directamente, pois a tradição no Ruanda diz que eles estão muito próximos do homem e que, por isso, não se comem.

Certo é que, para o bem e para o mal, o futuro dos gorilas e dos homens irá continuar umbilicalmente ligado. E Ian Redmond não tem dúvidas em afirmar que a qualidade de vida destas populações africanas é indissociável do futuro dos gorilas de montanha. "Aqui não existem grandes riquezas naturais ou terras férteis. Não existem minerais preciosos, nem outro recurso económico que não seja as paisagens espectaculares e os gorilas. E antes do alastramento da guerra, o ecoturismo que se tinha desenvolvido revelou-se um sucesso económico. Beneficiou todos. Uma fonte de recursos, a esperança de uma vida melhor". ■

P. C.



Morte na bruma

Agora jaz enterrada junto dos seus melhores amigos Digit e Ziz, dois imponentes gorilas da montanha, assassinados por caçadores furtivos. Foi, também, a cobiça que matou Dian Fossey, a investigadora norte-americana que se apaixonou pela floresta tropical dos Montes Virunga e pelos seus enigmáticos habitantes.

Na madrugada de 27 de Dezembro de 1985, um desconhecido entrou na sua cabana, em pleno Centro de Investigação de Karisoke, e desfechou a golpe fatal. O crime nunca foi cabalmente explicado pelas autoridades do Ruanda. Claro que a polícia investigou e os tribunais condenaram. E, para espanto de todos os que acompanharam o processo, o condenado não foi nenhum dos seus imensos inimigos, mas um colaborador de longa data: o investigador americano Wayne McGuire.

As provas contra McGuire eram apenas circunstanciais: existiria entre os dois cientistas uma suposta rivalidade e inveja - afirmaram os polícias - e encontraram-se nas mãos de Dian Fossey cabelos louros que poderiam pertencer ao seu compatriota. A sentença foi lida à revelia em Agosto do mesmo ano, pois nessa altura já McGuire havia fugido para os Estados Unidos. Apesar de o condenar à morte - pena esta comutada para prisão perpétua dois anos mais tarde -, as autoridades do Ruanda nunca pediram formamente a sua extradição. Uma situação confortável, pois impediu que viessem ao conhecimento da opinião pública - sempre atenta a estes processos sumários - outros factos eventualmente melindrosos para algumas figuras de topo do país.

Certo é que a actividade militante de Dian Fossey lhe criou muitos inimigos. As autoridades ruandesas nunca lhe perdoaram ter trazido ao conhecimento do mundo - através de documentários e entrevistas para a National Geographic e tantas outras organizações - a situação precária que viviam os gorilas de montanhas, que caíam nas redes dos traficantes de animais e na mira dos caçadores furtivos. Conta-se, aliás, que Dian Fossey reconheceu, durante os 18 anos que viveu na selva, provas do envolvimento de altos funcionários do governo do Ruanda e de seus familiares nas teias de caça ilegal e tráfico de espécies protegidas.

Nas brumas da justiça ruandesa ficaram uma sucessão de factos que ninguém quis esclarecer: uma camisa manchada de sangue encontrada em casa do empregado de Dian Fossey, Emmanuel Rwelwka, que viria a morrer no cárcere durante uma sessão de tortura ou a morte misteriosa na prisão de outros dois indivíduos que tinham ligações a Protais Zed Zigiranyazo que, além de ser cunhado do presidente do Ruanda, se suspeita ser um dos cabecilhas de uma rede de contrabando de diamantes, droga, armas e crias de gorila. **N**



National Geographic

EM BUSCA DOS CHIMPANZÉS SELVAGENS

Catarina Casanova é uma antropóloga portuguesa. Uma das poucas cientistas nacionais que teve o privilégio de conhecer as florestas de brumas dos Montes Virunga, para onde foi estudar um núcleo de chimpanzés selvagens.

Para seu desgosto, não pôde ficar muito tempo. A guerra não conhece fronteiras e, em Fevereiro de 1998, o seu grupo de investigação foi brutalmente atacado por rebeldes hutus, que atravessaram clandestinamente a fronteira do Ruanda para o Uganda.

O dia havia começado pelas 4h30. O grupo, composto por quatro cientistas de várias nacionalidades e assistentes de campo ugandeses, marchou durante duas horas até ao local onde, na noite anterior, os chimpanzés tinham feito o ninho.

Assistiram ao nascer do sol e ao início da actividade dos animais. Foram recolhendo pêlos, dejectos e outros dados indispensáveis para o trabalho científico e registando o movimento dos chimpanzés: uns analisavam o comportamento sexual, outros gravavam as vocalizações. Catarina Casanova observava e anotava os sinais de dominância feminina quando, de repente, a calma paradisíaca se esfumou; "Um dos assistentes começou a gritar no seu dialecto e, do mato denso, saíram cerca de doze homens armados com espingardas automáticas, que nos cercaram", conta.

Os ugandeses colocaram-se entre os cientistas e os rebeldes, tentando dialogar. Um foi agredido e lançado ao chão, enquanto outro foi traduzindo as ordens: tinham de dar relógios, máquinas e todos os outros valores que possuíssem.



Nessa altura, ouviam-se gritos de militares do Uganda que andavam em patrulha, pois já sabiam que um bando armado tinha atravessado a fronteira e assaltado o centro de investigação. "Durante longos minutos, militares e rebeldes trocaram tiros. Rajadas de metralhadora que varriam a vegetação. Nós lançámo-nos ao chão e rastejamos cerca de 400 metros, tentando fugir dali". Nessa altura, recorda, não pensou em nada: "Só tentava controlar o medo para continuar a rastejar atrás dos outros, de regresso à estação de investigação".

No acampamento, um oficial do exército avisou os cientistas que o governo do Uganda não podia garantir a sua segurança. E, na impossibilidade de continuarem o seu trabalho científico, Catarina Casanova e alguns investigadores decidiram regressar à Europa. "Nunca soubemos o que sucedeu aos rebeldes. Os militares disseram que eles tinham conseguido fugir, mas não sei. Ataques de homens armados, que passavam a fronteira para roubar, estavam sempre a suceder", afirma.

Esta é, aliás, uma verdade indelével. Um ano mais tarde, no início de Março de 1999, um grupo de oito turistas e investigadores ocidentais foi morto naquela zona. Havia sido raptados uns dias antes, no interior do parque nacional, ao tentarem avistar um família de gorilas. Os rebeldes hutus decidiram chamar a atenção do mundo para a sua luta e não hesitaram: quatro britânicos, dois norte-americanos e dois neozelandeses foram assassinados a sangue-frio.

Actualmente, Catarina Casanova está em Cambridge, na Inglaterra, onde continua a preparar a sua tese de doutoramento sobre as relações de dominância nas fêmeas de chimpanzés. Mas, em Portugal, os projectos não lhe faltam.

Na calha, à espera do "OK" definitivo e do financiamento do Praxis XXI, está uma estação de primatologia: uma espécie de laboratório onde será possível realizar estudos de comportamento, biologia e veterinária com várias espécies de pequenos macacos. **N**

P. C.



Áreas protegidas

um tesouro mal guardado

Bernardino Guimarães

A morte de uma fêmea de águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), elemento do último casal nidificante em território português, em 1997, não foi accidental. A ave foi encontrada pelo biólogo Luís Palma no seu ninho e tinha morrido de fome, enrolada num novelo de fios de nylon que havia trazido para o ninho ("Público", 9 de Maio 1997). O que evidencia as indirectas causas humanas da tragédia - desde há muito se vinha chamando a atenção para a necessidade de pôr cobro à intensa pesca à linha praticada junto ao derradeiro ninho de águia-pesqueira.

O caso deu-se em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - uma das áreas naturais mais cobiçadas pela construção turística, como veremos adiante - e serve aqui de exemplo. De mau exemplo, infelizmente dentro daquilo que é habitual. Alguma coisa simplesmente não funciona em termos das chamadas áreas protegidas.

Não restam dúvidas de que a conservação da natureza é o objectivo central que preside à criação de uma área protegida. Assim foi desde que, em 1870, os Estados Unidos instituíram o Parque Nacional do Yellowstone, inaugurando uma longa série de zonas a preservar.

Se, nessa altura, pouco se falava em ecologia e biodiversidade, era ponto assente a necessidade de salvaguardar paisagens únicas, espécies animais e vegetais (pelo menos as mais "prestigiosas") que de outra forma não resistiriam, por si mesmas, ao assalto do "progresso" das actividades humanas.

Se a própria noção de "preservação" evoluiu muitíssimo ao longo do tempo, a verdade é que nunca mais parou a criação de áreas classificadas - com estatutos muito plurais - como instrumento de conservação das riquezas naturais. Os grandes parques nacionais africanos, hoje célebres, e a magnífica rede de reservas naturais, por exemplo, na Grã-Bretanha, são exemplos diversos disso mesmo. E uma tal tendência acabaria por chegar a Portugal, com a criação do Parque Nacional da Peneda Gerês, em 1971.

Em 1976 surgia um ainda incipiente serviço específico para os parques (pois que já a outros espaços era conferido estatuto de protecção) e eram definidos objectivos, sítios, conjuntos e lugares classificados. A Lei de Bases do Ambiente (em 1987) veio tornar indispensável um novo enquadramento legislativo, que finalmente se concretizou em Janeiro de 1993, como "Lei das áreas protegidas" que já entretanto se tinham multiplicado por todo o território nacional, de forma considerada por vezes algo casuística e pouco fundamentada - espelho afinal do pouco que se sabe sobre as riquezas naturais do país e da inexistência de sólidos argumentos científicos.

Pouco importa: entre ambiguidades legais (gestão, organismos intervenientes, função das autarquias, etc) e "buracos" que tudo permitem (como aliás é e foi sempre patente) foram surgindo parque nacional, reservas naturais e ainda outras fórmulas que a lei foi experimentando e abandonando (áreas de paisagem protegida) ou permitindo (reservas de âmbito local ou regional) ao sabor das sucessivas revisões e alterações aprovadas. Hoje, cerca de 7% do território nacional está vinculado ao "sistema nacional de áreas protegidas", abrangendo grandes conjuntos montanhosos, zonas húmidas costeiras e interiores, preciosos rincões de litoral e ecossistemas singulares cuja conservação tem interesse em termos europeus e mundiais.

Mas o que é que acontece realmente nos nossos parques "naturais"? Como se enquadram esses pedaços de território numa política de ordenamento e de conservação?

Para além dos discursos oficiais, torna-se difícil descortinar grandes avanços em termos de protecção dos valores naturais concretos que aí se "guardam". Um estatuto legal não chega, por positivo que seja - não se pode negar que algumas vantagens tem a existência de limites legais, por exemplo, à construção desenfreada de rodovias, ao assalto do turismo e construção, à laboração de indústrias poluentes, etc, etc. Mas reconheça-se que um tal estatuto, em Portugal como em qualquer outro país, não é suficiente.

O pior é que, enquanto o Ministério do Ambiente contabiliza as suas "jóias da coroa" e ostenta, com orgulho, o valor internacional da biodiversidade e das paisagens que lhe estão confiadas, outros Ministérios trabalham com os mesmos mapas ... mas com outros planos e objectivos. Neste particular, basta referir a Junta Autónoma das Estradas (JAE), essa polémica e poderosa entidade que vai realizando (segundo as directrizes desenvolvimentistas da última década) um plano rodoviário nacional que "risca" muito nos nossos espaços protegidos.

Áreas (Des)protegidas

Descoordenação governativa, ou conservação da natureza como mera "cortina de fumo"? Vejamos os factos:

Parque Natural do Montesinho - são uns 75.000 hectares nos concelhos de Bragança e de Vinhais, onde a diversidade de paisagens e de ecossistemas permite a existência de uma variadíssima fauna e flora. Um tesouro natural que Trás-os-Montes não pode deixar de considerar parte do "reino maravilhoso" que lhe dá personalidade e atractivos como região. Pois bem: certos meios bragantinos e a Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) elegeram como prioridade o seu atravessamento por uma via rápida ("com as mesmas características da IP4," segundo o Eng. Braga da Cruz) entre Bragança e a fronteira do Portelo para fazer ligação à "autovia" galega das Rias Baixas (A52). O responsável da CCRN proclama que tal devassa - separando o parque em duas partes - é afinal "uma ligação vital e decisiva



© José Projecto 99

para o desencravamento do distrito de Bragança". Muitos não compreendem este entusiasmo: "uma das mais inúteis vias-rápidas que já se terão concebido no planeta. Objectivo? Dar passagem aos 50 carros/dia que ali circulam na actual estrada, ligando parte alguma a sítio nenhum, e cortando ao meio um dos parques melhor concebidos deste país" escreveu a socióloga e jornalista Luísa Schmidt, (Expresso, 28/11/98). Associações como o FAPAS fizeram ouvir o seu protesto: "trata-se de um atentado, e ainda para mais inútil em termos de desenvolvimento regional" bradaram os ambientalistas. Até o Arq. Carlos Guerra, presidente do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e antigo director do Parque do Montesinho, geralmente bastante reservado, deixou clara a sua discordância - à qual se seguiu prudente silêncio sobre o caso. Um professor do Instituto Politécnico de Bragança lança o alerta: "o leste do parque, conhecido por Alta Lombada, possui as mais elevadas densidades de lobo ibérico já identificadas na Península Ibérica. Além do lobo está aqui localizada a maior população de veado em Portugal não introduzida, com mais de 350 animais. O corço, o javali e uma diversificada fauna de mustelídeos completam a mamofauna deste território. O estabelecimento de uma barreira física com a hipotética construção de uma nova estrada Bragança-Puebla de Sanabria pode impedir a circulação e a expansão para Oeste destas e de outras espécies, comprometendo as trocas génicas intrapopulacionais."

Outros lembram simplesmente que as auto-estradas, por si só, pouco trazem no que respeita a emprego e a riquezas. Um parque natural sem "feridas" pode bem revelar-se mais cheio de potencialidades. Aliás "a estrada hoje existente foi renovada há poucos anos e serve perfeitamente os fluxos de trânsito actuais e previsíveis" diz-nos um adversário local da via-rápida do Montesinho. Entretanto, o Plano Rodoviário Nacional já a consagrou



e os técnicos aguardam um estudo (não um estudo de impacte ambiental) já encomendado. Mas os "traços" rodoviários em "áreas protegidas" não se ficam por aqui. Também o nosso único parque nacional, o da Peneda-Gerês, teme agora os efeitos da construção do IC28 (ver "caixa") o que demonstra bem o poder dos "lobbies das estradas" entendidas estas infra-estruturas como principais alicerces do "progresso" - noção que está longe de ser comprovada pelos factos, sobretudo quando passa por cima de valores também eles importantes.

Casos como o do Paúl de Arzila, reserva natural, pequena e valiosa zona húmida perto de Coimbra - onde a JAE avançou com obras na estrada sem sequer o acordo do ICN, penetrando no território protegido, situação que depois se tentou consensualizar, com desfecho incerto - são igualmente ilustrativos. Por todo o lado se nota que o mesmo Estado que cria áreas protegidas investe depois na sua mutilação. As estradas foram, e são, um dos maiores exemplos dessa contradição ainda não sanada. Se, no caso da Serra do Caldeirão - "candidata" a ser trespassada pelo auto-estrada do Algarve - foi possível fazer prevalecer o bom-senso (foi outro o trajecto escolhido, apesar de o Caldeirão não ser formalmente ainda uma área protegida) lembremos o rasgão do Parque da Serra de Aires e Candeeiros, cortado literalmente ao meio por um troço da auto-estrada Torres Novas - Fátima, apesar do parecer negativo do Ministério do Ambiente/ICN. Foi no início da década (já lá vão dez anos!) e, de algum modo, aí se inaugurou uma fase de desprezo pela natureza que ainda não se deteve. Acelerado pela "chuva" de fundos europeus, delineado casuisticamente e, muitas vezes, ao sabor das pressões locais e dos "lobbies" mais diversos, procurando deste modo obter favores, elogios e votos, o Plano Rodoviário Nacional acaba por sobrepôr-se aos incipientes planos de ordenamento do território e às intenções conservacionistas. Ordenamento? São as estradas que ordenam!

Pressões contra-natura

Os problemas das áreas protegidas não se esgotam nos "riscos" dos planos rodoviários lusos. São grandes (e insustentáveis, no duplo sentido que a palavra contém) as pressões turístico/urbanísticas.

Estas exercem-se como seria de esperar, não no interior mas no litoral, e isto apesar da existência - muito recente e incompleta - de uma parafernália legal ordenadora, como os Planos da Orla Costeira (POOCs) ou as próprias directivas comunitárias.

Senão, temos como exemplo locais onde os parques naturais resistem, como podem (e podem pouco) ao ataque das urbanizações, à febre loteadora, ao calvário dos "direitos adquiridos".

Em zonas altamente valorizadas, os interesses não desistem, e o próprio Estado condescende com "projectos estruturantes" de milhões, embora saiba por vezes ser rigoroso com um ou outro pequeno infractor.

Lúcia Schmidt escreveu, com ironia, palavras certas (Expresso, 06-04-91): "Uma vez criada a área classificada, aumentam imediatamente os apetites "desenvolvimentistas". Ninguém se lembra de investir no Golfe da Musgueira, mas um aldeamento turístico numa zona de paisagem protegida já promete. Ecológica e paisagisticamente, esse aldeamento e respectivas infra-estruturas podem ser um desastre, mas uma série de empenhos superiores, ministeriais, regionais ou autárquicos, começam a ganhar apetite pelas chamadas "contrapartidas". Os serviços da respectiva "área" começam a achar que estão todos contra eles. De "cima" começam a chegar recados: "está você a ver (...) gostaríamos de contar com a sua compreensão (...) veja lá o que consegue fazer neste caso (...)".

Ria Formosa - este espaço de 18.400 hectares é uma encruzilhada de sapais, com extensas dunas ao longo da fachada marítima da Ria, no sotavento algarvio, ambiente luxuriante de vida onde o Homem e a Natureza convivem há muito. Com estatuto de parque natural, abrangido pela Convenção de Ramsar e Rede Natura 2000 ... mas tanta segurança é certamente ilusória. Formosa, não segura.

Boa parte do território desta singular zona húmida é "coutada" da Direcção-Geral dos Portos. E a administração portuária é um "Estado dentro do Estado", como também se pode comprovar noutras áreas. É a DGP que manda, não o ICN. Em terras da DGP, nem os Planos da Orla Costeira se aplicam, como se sabe.

À sombra disso, marinas, hotéis, piscinas, urbanizações, campos de golfe, de tudo um pouco, vão tentando a sua sorte e tudo contra o Plano de Ordenamento do Parque Natural. Ao que parece, o ICN aprova (mesmo com

resistências) e as autarquias aplaudem. No caso da Quinta da Ria, em Cacela, a ideia será mesmo levar o golfe até à ravina. Falésias com golfe ... e 111 hectares subtraídos ao "ambiente natural".

Mas há mais: o alargamento do aeroporto de Faro "cairá" em pleno Sapal. Numa reportagem vinda a lume em "O Independente" - "o último verão da Ria Formosa" - inquirido a este respeito, o presidente do ICN afirmou que só "cinquenta metros do sapal" seriam ocupados pelo alargado aeroporto. Nem todos são tão optimistas.

Outro "hóspede" do Parque da Ria Formosa pode vir a ser o Pavilhão Multiusos do Algarve, infra-estrutura que, com o espaço de estacionamento, promete "comer" significativa fatia. Não será, apesar disso, o pior de tudo.

No Sudoeste Alentejano, o parque natural sempre foi alvo de cobiças. Compreende-se: a invasão turístico/construtivista teria aqui o seu potencial assegurado, agora que o Algarve parece "esgotado" pela expansão



© José Protecção 99

desordenada do turismo massificado, seus hotéis e aldeamentos. Construção clandestina, agricultura intensiva e poluente, abertura de estradas, excessiva perturbação nos locais mais sensíveis (causa da já referida extinção da águia-pesqueira) são algumas das ameaças que pendem sobre o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. As autarquias fomentam a construção, e os índices da mesma excedem, não raras vezes, os planos de ordenamento em vigor, de acordo com um despacho do ministro responsável pelo ordenamento, em Dezembro de 1996. Aí se constata que mesmo o plano director municipal de Odemira (é só um exemplo!) foi largamente excedido, nomeadamente em Vila Nova de Milfontes. Os grandes projectos turísticos não são aqui apenas uma ameaça, mas sim uma realidade. E outros, esses sim, esperam, "estruturantes" e definitivos - alguns pedem milhares de camas onde a paisagem é a maior de todas as riquezas. Mas não se pode ter uma coisa e outra.

No Parque de Sintra - Cascais também se adivinham as pressões. Para não ir mais longe: há uma herdade de 200 hectares dentro do parque. Essa herdade é propriedade de António Champalimaud, que não poupou esforços



no sentido de aí viabilizar construção. O terreno, no Cabo Raso, foi motivo para um silencioso e longo braço-de-ferro jurídico/político. A posição do Ministério do Ambiente sempre foi clara: aquela era zona protegida, não haveria lugar para as pretensões urbanísticas de Champalimaud.

Mas, ao que parece, será este, afinal, o vencedor. Falaram alto as razões do "desenvolvimento". No meio do processo, o director do parque, João Manuel Marques, foi demitido e substituído, talvez por excessiva "intransigência". Um sítio proposto para integrar a Rede Natura 2000 terá sido sacrificado ao altar do dinheiro e do compadrio. Depois de tão emblemático duelo - e de tão fragorosa derrota - que restará aos defensores "oficiais" da natureza? Porque não se trata de um recuo estratégico, mas de um autêntico sinal dos tempos. Ou ainda haverá lugar para uma reviravolta?

O resto é quase tudo, as mesmas indefinições, a mesma subordinação dos interesses do património natural (que irão pensar de tudo isto as gerações futuras, privadas de uma herança que era também delas)? A todos os outros interesses, conjunturais ou não. Olhem-se os pinhais litorais do Minho cercados (o Parque Natural de Esposende é outra jóia cobiçada) a Reserva do Estuário do Sado poluída, ocupada por campos de golfe e outras coisas mais, a Arrábida devorada pela cimenteira Secil (uma Serra protegida pela sua vegetação única a ser consumida por uma indústria, eis uma originalidade que merecia ser mais divulgada fora de portas, ou de como o trágico, de tanto o ser, pode ser cómico), a devastação dos fogos florestais um pouco por todo o lado.

O reino do desalento

A conservação da natureza não é algo que facilmente se possa aplicar no terreno. Como conceito, porém a sua aceitação é talvez geral.

Concerteza que há conflitos, contradições. É evidente que a natureza, em Portugal, é inseparável da milenar intervenção dos povos e, portanto, da sua transformação ao longo dos séculos por mão humana. Daí a importância central da conservação da natureza e do seu instrumento (não o único) que são as áreas classificadas. Em que outro lugar, senão nessas áreas, se pode ensaiar modelos de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis? Quando se diz que é preciso "dar o primeiro lugar às pessoas e não aos bichos" comete-se a suprema hipocrisia. O que vem lucrando o Homem do campo com a destruição sistemática do património natural? Pouco ou nada.

O lamentável desmoronamento das entidades encarregadas da gestão das "áreas" é visível sob outros ângulos: os planos de ordenamento interno ou não existem ou existem e não são cumpridos (regra geral). As áreas de "ambiente natural" e de "protecção integral" não são respeitadas. A fiscalização é precária e o pessoal incumbido dessa tarefa é escasso e pouco valorizado profissionalmente.

O fogo soma e segue. Se a mata do Cabril, relíquia do Parque Nacional da Peneda-Gerês quase desapareceu totalmente, devorada pelo fogo (1998) não foi por falta de avisos contra as queimadas incontroladas e irresponsáveis. Quase a lembrar a última águia-pesqueira da Costa Alentejana.

A caça tem lugar em quase todas as áreas protegidas e essa é a regra. O simples bom-senso mandaria que fosse excepção - mas não é. Mesmo o regime geral pratica-se sem grandes condicionamentos. Os responsáveis do Parque Nacional da Peneda-Gerês anunciaram o ano passado, com pompa e circunstância, o início do fim da "caça livre". Pálida vitória, e atrasada, havendo ainda que considerar a alternativa, no Gerês e em muitas outras APs: a afectação de grande parte da sua superfície aos coutos privados.

A paisagem natural não se livra facilmente dos "muros" de arame, do extermínio dos predadores ou da introdução de espécies exóticas!

Finalmente, faz impressão não se vislumbrar, no país, o mais leve sinal da outra face necessária a qualquer processo de "conservação". A reabilitação de ecossistemas, a renaturalização de cursos de água, adequada reflorestação com espécies autóctones, etc. Claro que esta inacção não se deve à generalizada incompetência e desinteresse dos responsáveis e profissionais das APs e do ICN. Pelo contrário, é a subalternização da conservação em Portugal o factor do desânimo e do desespero que se abate sobre muitos funcionários, impossibilitados de, por falta de meios ou de directivas, cumprirem o seu dever.

Conservar implica hoje (e assim é em todo o mundo) intervir activamente para reparar parte dos estragos e erros causados pelo Homem. Nada disto pode ser estático. Mas Portugal não possui praticamente nenhum projecto de reintrodução planeada de espécies já extintas ou reforço das populações

animais e vegetais ameaçadas. Somos porventura o único país europeu nessa situação, sendo a única excepção conhecida a recente reintrodução do caimão, ou galinha-sultana na área do Mondego (Paúl de Arzila) obra que se deve louvar como excepção num mar de indiferença.

Mudar é preciso. A própria dinâmica das políticas de conservação ao nível da União Europeia aponta numa direcção determinada. Implementação da Rede Natura 2000, estratégias para a biodiversidade, corredores ecológicos entre áreas protegidas. Mas como abordar com segurança o futuro, quando o presente é o que é? Desoladora interrogação, sem dúvida. ■

C-28 DIVIDIRÁ PENEDA-GERÊS

A Peneda-Gerês também tem o seu projecto rodoviário, inserido numa estratégia nacional de acessibilidades que neste caso levará a uma mais definitiva separação de ecossistemas importantes no único parque nacional português. Depois das transformações impostas pelos aproveitamentos hidroeléctricos que a partir da década de vinte foram sendo construídos no curso superior do rio Lima, o mesmo vale está ameaçado por um projecto cuja concretização contrariará o disposto nas alíneas d) e f) do artigo 3º do Plano de Ordenamento e que afrontaria o mais elementar plano estratégico de conservação da natureza em Portugal, se ele existisse.

A defesa do Itinerário Complementar 28 é encabeçada pelos autarcas, que o querem, para desenvolvimento da sua região interior raiana. Mas na prática, esta nova via traduzir-se-á num melhor acesso para a circulação de pesados de mercadorias entre a Galiza e o litoral norte de Portugal. O Parque Nacional será um mero percurso de passagem!



© José Prolecto 99

No passado sempre que confrontados com esta ameaça, os responsáveis no Ministério do Ambiente, argumentaram que, cedendo aqui, tornar-se-ia mais fácil o condicionamento do trânsito na vizinha e sensível fronteira da Portela do Homem, o que ainda hoje não se vislumbra. Mais recentemente, defendem-se com o impacto mínimo de uma utilização do traçado da estrada que existe na margem esquerda, beneficiada quando da construção do escalão do Alto Lindoso. Mesmo que se confirme esta última solução, haverá a necessidade de uma redefinição do perfil e de todo um conjunto de obras inerentes ao alargamento e beneficiação, de modo a transformá-la numa via rápida, ou seja, será criado um corredor transversal que de uma forma sem precedentes, contrariará a unidade territorial dos 70.000 hectares que constituem o Parque Nacional. O fluxo de grandes mamíferos estará comprometido e o impacto paisagístico será inexplicável.

O vale do Lima é o elo de ligação entre espaços que mereceram o estatuto de conservação mais exigente nos estudos do ordenamento da Peneda-Gerês. No futuro separará a Peneda do Gerês, logo que o movimento de "TIR's" e uma gritante falta de visão, confirmarem a ignorância manifestada perante o que realmente se destaca e particularmente caracteriza toda a região, e que desta forma se vai perdendo, para benefício alheio aos interesses das populações residentes. ■

Miguel Dantas da Gama





PLANETA DAS ÁRVORES

Para que **PODAR** não
seja **MATAR!**

PLANETA DAS ÁRVORES

Somos empresa de

poda e cirurgia arbórea!

JARDINAGEM E CIRURGIA ARBÓREA, LDA.

RUA ALEXANDRE HERCULANO, 352 - 3º ANDAR - SALA 37 - 4000 PORTO
TEL (02)208 3885 - FAX (02)332 3568

Assinaturas

Tribuna da NATUREZA

Receba em casa a vida selvagem
nas quatro estações

Nome: _____

Morada: _____

Quatro Números: 1500\$00
Pedidos a: Tribuna da Natureza
Rua Alexandre Herculano, 371 - 4º Andar Dto. - 4000 PORTO
Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55
E-mail: fapas@mail.esotérica.pt

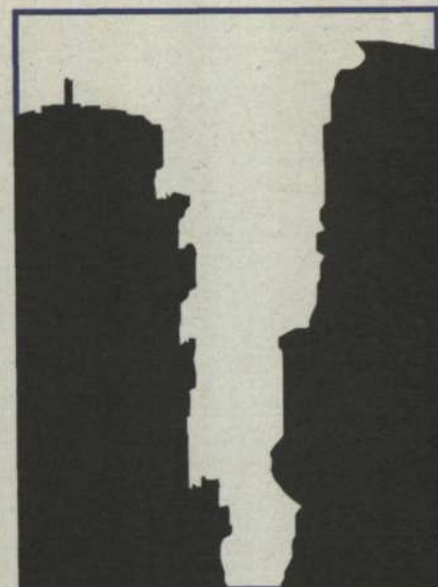
Já editado:
"O galo-montês:
regresso ao Gerês"

O GALO-MONTÊS



Pedidos a:
Rua Alexandre
Herculano, 371
4º Dto. - 4000 PORTO
Tel. 22 200 24 72
Fax 22 208 74 55

E-mail:
fapas@mail.esotérica.pt



CANHÕES DE PEDRA®

ESTUDOS EM ECOSISTEMAS DE MONTANHA



Confronto de Ideias

1- Caça e não caça. É possível a coexistência pacífica?

2- Regimes livre e Associativo. Qual o melhor sistema?



Helena Freitas - Presidente da LPN

1 A coexistência das zonas de caça e não caça é do nosso ponto de vista pacífica. A existência de zonas de não caça, pode mesmo constituir uma mais valia para as zonas de não caça, as quais beneficiam da produção de caça nestas zonas. Com efeito, esta produção representa um repovoamento gratuito das zonas de caça ao ritmo e densidade naturais.

2 A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) entende que todo o território deve ter uma gestão dos seus recursos cinegéticos, garantindo a sua preservação e a qualidade dos habitats. Se esta gestão é feita pelo Estado, pelas

Associações ou pelas Autarquias não é uma questão que nos compete decidir ou resolver. Desejamos sim que se assegure a gestão do território de modo a garantir o equilíbrio e a conservação do património natural, onde se incluem naturalmente as espécies cinegéticas e os seus habitats. Infelizmente, de uma forma geral, a prática de ambos os regimes está longe de ser compatível com a conservação do património natural. Há situações que têm sido lesivas para a conservação da natureza em ambos os regimes. No caso do regime livre, pelo facto de não haver gestão, é frequente manter uma pressão cinegética excessiva, prejudicando o equilíbrio das cadeias tróficas e comprometendo a conservação das espécies - mesmo as não cinegéticas e, no caso do regime associativo, destacam-se as situações em que há controlo ilegal dos predadores, com graves consequências para a conservação da natureza e ainda a possibilidade de repovoamento com variedades não regionais da mesma espécie, afectando a diversidade genética. A caça pode e deve ser um importante instrumento económico para a gestão das zonas rurais e de muitos ecossistemas importantes, como por exemplo o montado. Mas para tal, também é importante criar mecanismos tais que garantam o usufruto da actividade cinegética na região onde esta actividade é praticada, constituindo assim uma mais valia para as populações locais.



Júlia Pinheiro - Jornalista

1 Eu tenho uma grande vontade de dizer que sou contra a caça. Mas atentaria contra os direitos dos outros, daqueles que gostam de caçar, e eu não acho que nenhuma argumentação serve para limitar direitos. Isso não invalida que aqueles que caçam possam interferir num bem comum, que são as espécies que compõem o nosso meio ambiente, que façam danos graves em áreas que fazem parte do nosso património comum. Portanto, tem de fazer uma lei de bom senso, têm de existir regras, tem de existir uma coexistência razoável, pragmática que satisfaça as duas partes.

2 Obviamente o associativo, porque se for bem aplicado poderá executar aquilo que defendi no ponto anterior. Ou seja, a caça dentro de coutadas paga por quotas de associados, seguramente, é muito mais equilibrada. Será encarada como bem de consumo e, nessa perspectiva, não pode ser delapidada. Quero acreditar que no regime associativo isso é feito de forma correcta e equilibrada. Se calhar isto que eu vou dizer é muito feio, mas tenho uma suspeita generalizada em relação aos caçadores. Acho que os caçadores, mesmo aqueles que são mais culturalmente sensíveis às questões da natureza, têm uma tendência para, no terreno, exorbitarem um bocadinho.

Porque o prazer é capaz de ser muito, porque há qualquer coisa de ancestral e antigo quando estamos com uma arma na mão. Infelizmente, não devia ser assim. Por isso, a existir caça, que seja em regimes associativos.

1 Tudo depende do sentido cívico dos que ainda consideram a caça como uma actividade desportiva e lúdica. Para mim é impossível que não seja possível estabelecer um regime legal que garanta o respeito pelo direito à preservação de espaços naturais privados como "zonas de não caça". Bato-me por este objectivo há anos e não tenho dúvida que a maioria da opinião pública partilha do mesmo ponto de vista.

Para além de aspectos legais e normativos a chave do problema reside na mobilização da opinião e realização de um programa de sensibilização/educação

dos caçadores. Com diálogo e firmeza será possível "libertar" progressivamente algumas áreas do nosso território contribuindo assim para a criação de "corredores verdes" essenciais para a sobrevivência dos ecossistemas, para além de repôr na balança alguns direitos dos proprietários.

2 Confesso que não me sinto habilitado a dar uma resposta conclusiva. O regime associativo apresenta a vantagem de uma melhor gestão do território. Por outro lado já se verificaram casos de sobre-exploração e de artificialização intensa dos ecossistemas. Acima de tudo é necessário assegurar que os sistemas naturais não são violentados e que o direito democrático equitativo pelos direitos dos "cidadãos - caçadores" não é feito à custa da Natureza.

1 Depende de onde queremos caçar. Defendo que, em nenhuma circunstância se poderá caçar em jardins, quintas ou áreas de agricultura intensiva. Restam, desta forma, as zonas onde se pratica uma agricultura extensiva, como sejam os montados e os pastos herbáceos. E como se trata de ecossistemas transformados pelo homem, penso que é necessário intervir na população selvagem para manter um equilíbrio dinâmico. Por outro lado, as aves de rapina fazem parte imprescindível da selecção da caça. Ou seja, não podem ser abatidas em nome da gestão artificial da caça. E é necessário impôr algumas condicionantes. Só se deve caçar onde for possível e essa definição devia caber aos políticos, aos ambientalistas e a todos aqueles que conhecem as características de cada ecossistema e que podem contribuir para a sua conservação.

2 Não me interessa essa problemática. Penso que é necessário começar por estabelecer o ordenamento do território. E fazê-lo de uma forma sábia. Por princípio, sou contra regimes cinegéticos que não tenham sustentabilidade no seu ordenamento. Não têm qualquer tipo de interesse e levantam problemas artificiais. A questão básica, repito mais uma vez, é o correcto ordenamento do território, que nunca é cumprido em Portugal. O resto é brincar com a natureza e as comunidades rurais. Finalmente, gostaria de lembrar que os baldios, se forem geridos pelas populações podem ser um recurso cinegético a considerar.



Carlos Pimenta - Ambientalista, Ex-presidente da Globe Internacional



Gonçalo Ribeiro Telles - Arquitecto Paisagista

Inquérito por Paulo Caetano



Luxos gratuitos

Amorçados pelo esplendor. Cegos pelo êxito. Incessantes no afã de alcançar luxos. Assim nos obriga a proceder o sistema convencional, com a irrelevante desculpa de que isso faz funcionar o mundo.

Mas o mundo funciona, antes de tudo, graças a outros luxos. E quase todos eles muito menos caros do que os que são normalmente considerados como tal. Sem ir mais longe, o espaço, o território que pisamos e nos suporta.

Poucas coisas são geradoras de equívocos tão claros como a actual valorização do solo. A verdade é que, se construímos sobre ele, o mercado põe à tua disposição a possibilidade de uns milhões em moeda corrente. Mas esse solo que passará a ser ocupado, sobretudo, por famílias com as suas ilusões e desencantos, além de raquítico, não produz senão gastos de manutenção e uma situação irreversível em termos de produtividade.

O solo que acolhe e renova incessantemente alguns dos elementos essenciais para a manutenção da vida e das actividades económicas quase nunca alcança nem uma milésima parte do valor que realmente tem, se é que se lhe pode atribuir algum, já que a hospitalidade e a quase reversibilidade são condições supremas, pouco e dificilmente restituíveis dos processos ecológicos. Da renovação. Consequentemente, deveriam ser considerados como património não alienável. Como uma imensa riqueza disponível e gratuita.

A especulação imobiliária e a contaminação dos solos deveriam começar a ser lidas como formas de claro empobrecimento.

Água, ar, diversidade biológica e cultural são equiparáveis.

Outro exemplo seria o silêncio. Não me refiro à ausência de sons, mas à possibilidade de não ser mordido pelos ruídos que nos agridem na imensa maior parte da paisagem. Se a legítima reivindicação de uma melhor qualidade de vida incluísse, como deveria, o não se estar submetido ao caruncho psicológico do ruído, tudo mudaria. Entre outros motivos porque a percentagem das nossas paisagens ibéricas que podem ser consideradas "reservas de silêncio" não deve representar mais que um por cento.

É viver ali onde há ruído passaria à categoria de desprovido de interesse ou desagradável limite de referência.

Outro luxo seria um bem-estar que não constituísse mal-estar para alguma coisa ou alguém. Quer isto dizer que todos nós merecemos os luxos que nos proporciona a biosfera. Mas o justo desejo de que algo parecido com o bem-estar convencional pertença a todos não pode concretizar-se com o mal-estar dos sistemas vitais e da beleza da paisagem e obviamente, com a eterna frustração.

Não existe um verdadeiro desenvolvimento se o retrocesso é a regra para os não beneficiados com o mesmo.



Não beneficiados e cegos frente à possibilidade de apreciar os descarados desastres que se escondem atrás desse efêmero bem-estar de uns poucos. Não menor luxo é a austeridade, é não precisar de excessos para estar satisfeito. Mesmo que o modelo gravite em torno de um centro que nos quer descontrolados no que se refere a necessidades, poucas coisas alargam mais o nosso património e a nossa vida, ou seja, o tempo individual do que o não correr atrás de de apetites desmesurados. Quando realmente já compreendes que são muitas as satisfações que, na verdade, são quase oferecidas e nem por isso têm menos valor que as compradas ... então fica provado que nada é tão insubstituível como aquilo que é o motor da vida, como a complexa ligação de tudo com tudo, como esse impulso que tende a ser e assim consegue que tudo seja. O "ecológico", como pensamento, é portanto e antes do mais um luxo, uma ampliação do olhar para todas as direcções possíveis e para todos os tempos. Enquanto o erradamente designado "estado de bem-estar" se saldar com a destruição da responsabilidade individual, com o estragar do prazer que nos proporciona o trabalho bem feito e com o desmantelamento das paisagens, o seu conteúdo será lamentavelmente muito pobre. Deve-se ansiar por um progresso que, para além do exclusivamente económico, seja composto de diversidade cultural, de beleza gratuita, de limpidez e de sossego, e, não menos, de sincronia entre os interesses particulares e o interesse geral.

Afinal, se tudo isso não fosse um luxo a que todos legitimamente aspiramos, porque razão os ricos, sobretudo os que acabam de enriquecer, têm como primeira preocupação a compra de qualidade ambiental? Não são esses poderosos os primeiros a rodearem-se de silêncio, espaço natural, ar limpo, bosques ou praias maravilhosas? Os mesmos que consideram um perigo que alguns, os ecologistas, queiram para todos aquilo que eles desfrutam privadamente não fazem mais que demonstrar como é correcta a nossa luta por um ambiente são, limpo, silencioso, produtivo e sustentável.

* Joaquim Araújo

* [Joaquim Araújo é escritor, jornalista, realizador cinematográfico, director editorial, agricultor, geógrafo, apresentador de televisão, ecologista, comentador de rádio, silvicultor, naturalista, professor, pastor de cabras. Muitos campos e um grande tema: a Natureza. É militante do movimento ecologista há mais de 30 anos e foi um dos seus primeiros líderes. Recebeu já vários prémios de cinema, jornalismo e ambiente. Em 1991, a ONU concedeu-lhe o prémio Global 500, considerada a mais prestigiada distinção mundial.]

NOVO MINISTÉRIO DO AMBIENTE: EXIGE-SE UMA POLÍTICA DE PREVENÇÃO... A SÉRIO

O fato e protagonistas do novo Ministério do Ambiente, previsível para uma legislatura, já está, a esta hora, traçado e, se calhar conhecido. Quando escrevi estas linhas ainda nada se sabia, e jogava-se ainda o «totoministro». Mas o figurino e o responsável máximo da Rua do Século são, de certa forma despiciendos, uma vez que é ao Governo, na sua globalidade, que se tem de exigir uma política ambiental o mais correcta possível.

A política do actual governo, em matéria ambiental e não só, será em muito espartilhada pelo III Quadro Comunitário de Apoio. Depois, caberá à inspiração do inquilino da Rua do Século, saber trabalhar as verbas para que elas possam acudir aos fogos. O que se deve exigir ao Ministério do Ambiente? Acima de tudo que seja preventivo em matéria de ambiente. Por exemplo: o Plano Rodoviário Nacional indica a intenção de rasgar uma estrada, o IC28, através do Parque Nacional da Peneda-Gerês, é público. Mas o Ministério do Ambiente está à espera que lhe peçam um parecer para dizer de sua justiça. Dizem, com uma certa inocência que «não sabemos de nada». Ora é preciso acabar com esta inocência a nível geral. Atalhar as coisas antes que aconteçam. Ouvir os alertas das populações e não deixar que eles se extremem em boicotes eleitorais. Prevenir, prevenir. Mas isso é difícil na administração pública. Por burocracia, ou por falta de empenhamento, de espírito de missão ao serviço da sociedade. Todos os que empenham em estar mais ao serviço do ambiente e do público que ao serviço do partido, ou interesse pessoal com fortes conotações mediáticas, acabam por ter grandes dissabores, são olhados de lado. O que se exige ao Ministério do Ambiente? Que conclua as «guerras» iniciadas: a dos resíduos, mas com todos os FFF e sobretudo os RRR, de reciclar, reutilizar e reduzir. Que de uma vez por todas consiga pôr o país a dizer que solução deverá encontrar para os resíduos perigosos, para que no meio deste empurra de um lado para o outro, eles se não continuem a acumular nas piores condições.

Que se exige que o Ministério faça? Que ponha a Inspeção Geral do Ambiente

a bater às portas dos que estão a desfigurar Portugal, que dê meios para as Direcções Regionais do Ambiente terem um papel de real intervenção no terreno. Que dê uma vacina aos técnicos para não terem medo da Comunicação Social, pois quem não deve não teme.

Que se exige ao Ministério que faça? Que de uma vez por todas olhe para a conservação da natureza não como um objecto de salão, coisas de investigadores e sábios, mas que representa uma mais valia económica que tem de ser explorada em favor das populações mais deprimidas.

Que se exige que o Ministério faça? Que tenha o cuidado de escolher de uma vez para sempre os políticos e altos dirigentes segundo a sua competência, para não acontecer como na passada legislatura que foi um corropio de gente a entrar e a sair. Quase todos sem culpa formada. Apenas porque não tinham o perfil para os lugares. Vai uma política de «amigos, amigos, negócios à parte». Por último, e já me doem as mãos de escrever isto: não basta dizer que a Educação Ambiental é a prioridade das prioridades, tem de se passar à prática. O Ministério, numa óptica de descentralização, deve lembrar-se que não há nada mais bem implantado no terreno que o Instituto de Conservação da Natureza. Por favor, não o ponham sobre nenhuma tutela a não ser do ministro. Quem anda por esse país fora, logo descobre que por cada região, todos sabem quem é o «parque», mas poucos sabem quem é o secretário de Estado, ou até o ministro. Por fim: que o Ministro do Ambiente deixe de anunciar as suas obras na base dos milhões que se investem, ou vão investir. O povo, quer é a ponte, o portinho, a estrada, o saneamento básico e por aí fora, mas está-se nas tintas para que o custo seja de um milhão ou de um tostão, o que ele quer é a ponte, nem que custe um tostão. Se assim for, melhor. Mas a pontinha é que dá jeito. Deixem a conversa dos milhões para a Assembleia da República, para o combate político. **N**

Humberto Vasconcelos - Jornalista





Descubra a Natureza no Parque Biológico Municipal

O Parque Biológico Municipal de Gaia é um centro permanente de educação ambiental e um memorial da paisagem da região. Os seus 35 hectares incluem antigas quintas e matas onde vivem no estado selvagem centenas de espécies de animais e plantas.

Um percurso pedestre com cerca de 3 Km percorre todo o Parque e permite a sua fácil descoberta. Ao longo do percurso, surgem moinhos, casas rurais, explorações agrícolas, eiras e espigueiros, carvalhais, pinhais, lagos, o Rio Febras, viveiros com animais e plantas, numerosas vitrinas com informações sobre o meio envolvente e placas de identificação das plantas.

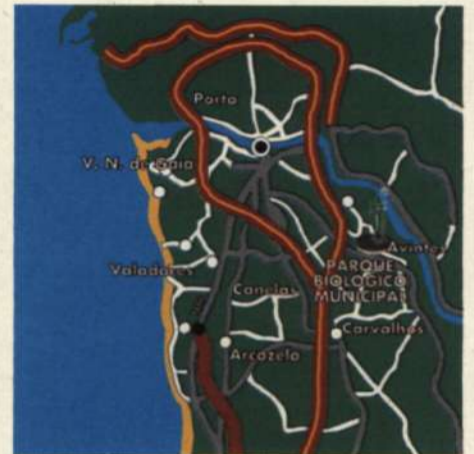
O objectivo do Parque Biológico é a compreensão pelos visitantes da paisagem da região, incluindo todos os seus componentes (flora, fauna, clima, arquitectura rural, usos e costumes, hidrografia, etc.), e do contraste entre essa paisagem agro-florestal que se preserva no Parque e a envolvente urbana.

Mas o Parque é, também, uma pequena reserva natural de fauna e flora; mais de quarenta espécies de aves selvagens nidificam no Parque e outras tantas visitam-no durante as migrações.

Para além da fauna selvagem, os visitantes podem observar em cativeiro e semi-cativeiro, numerosos animais da fauna da Europa.

No Parque Biológico respeitam-se todas as Convenções, Directivas Comunitárias e legislação nacional sobre conservação da fauna, flora e habitats naturais. Todos os animais existentes em cativeiro estão devidamente licenciados pelo Instituto de Conservação da Natureza (Ministério do Ambiente).

Para além do que tem para ver, o Parque Biológico promove um programa de animação em torno da temática ambiental, edita material didático e realiza exposições.



Em Gaia, visite também o Parque Dunas da Aguda, outra iniciativa de educação ambiental lançada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com apoio do Programa LIFE, da União Europeia.



convide



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Tenho o prazer de o convidar a visitar o Parque Biológico Municipal, e a usufruir de um espaço que a Câmara Municipal de Gaia está a conservar e a melhorar para que os nossos jovens, e todos nós, não nos esqueçamos que, apesar de todos os avanços tecnológicos, o Homem continua dependendo da água, do ar e do solo.

Presidente da Câmara Municipal
de Vila Nova de Gaia

Dr. Luís Filipe Meneses

A apresentação deste convite na Recepção do Parque Biológico dá direito à entrada gratuita de dois adultos.

PARQUE BIOLÓGICO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA



Movimento ecologista

PROGRAMA LIFE PARA A CONSERVAÇÃO DO URSO-PARDO NAS ASTÚRIAS



O FAPAS-Astúrias apresentou à União Europeia, em 1998, um projecto Life com o objectivo principal de manter e incrementar a população de urso-pardo em coutos de caça, regionais e privados, em áreas de aproveitamento cinegético comum da vertente asturiana da Cordilheira Cantábrica.

A União Europeia promove através da sua Direcção Geral de Meio Ambiente, muitas actividades vinculadas à conservação da natureza. Com o Programa Life centra os seus esforços na tentativa de recuperar e conservar os valores mais importantes do património europeu. Estando hoje extinto em muitos dos países comunitários, o urso-pardo traduz-se num objectivo prioritário. Para a sua protecção vem disponibilizando importantes verbas desde há vários anos.

Em 1998 o FAPAS-Astúrias apresentou o seu Projecto de Recuperação do Urso-pardo propondo-se realizar actividades em colaboração com associações de caçadores. Entretanto aprovado, o projecto desenvolver-se-á ao longo de um período de três anos, com um custo total de 127 milhões de pesetas. A União Europeia financia setenta por cento, isto é, cerca de 89 milhões de pesetas enquanto o FAPAS compromete-se a angariar o restante através de patrocínios de empresas e outros organismos e das contribuições dos seus próprios sócios.

Para a aplicação deste ambicioso projecto o FAPAS assinou convénios de colaboração com a Sociedade de Caça Astur e a Sociedade de Caçadores de Grado e Quirós, estando igualmente em contacto com outras entidades cinegéticas que gerem coutos de caça regionais, no sentido de estudar a possibilidade de estabelecer acordos futuros de colaboração.

O que se espera com a aplicação deste programa Life?

Principalmente a substituição de duas a três caçadas por couto de caça, nas áreas de maior risco para os ursos, nomeadamente quando existem fêmeas com crias, e também o acompanhamento por membros do FAPAS em cerca de vinte por cento dessas batidas. Para merecer esta colaboração das

associações de caçadores o FAPAS actuará no sentido de melhorar o habitat cinegético, combinando estas acções com outras no âmbito da melhoria do habitat do próprio urso.

Entre as acções previstas salientam-se:

- a plantação de árvores silvestres;
- a sementeira de cereais;
- a protecção de colmeias;
- a instalação de "pastores eléctricos" para prevenir danos da fauna cinegética;
- a cedência de tractores às sociedades de caça;
- o controlo de laços e armadilhas;
- o envolvimento das associações de caça na conservação do urso-pardo a médio e longo prazo;
- o incremento da actual relação existente com as patrulhas do SEPRONA* da Guarda Civil, em trabalhos de vigilância e controlo do furtivismo.

A luta contra as acções dos caçadores furtivos traduz-se aliás numa importante componente das actividades a desenvolver no âmbito do Programa Life. O furtivo não é apenas inimigo do urso, mas actua igualmente contra os próprios caçadores que entretanto se organizaram e praticam uma actividade legal. Uma vez mais os laços e armadilhas fabricadas com cabos de aço voltaram a ser a principal ameaça para os jovens ursos. Foi necessário percorrer áreas recônditas da montanha para detectar e recolher estas artefactos que são colocados nem sempre directamente contra os ursos mas para capturar outros animais como é o caso do javali. Para além de uma grande quantidade de sítios já preparados para as colocar, foram localizadas quarenta e uma armadilhas. Neste trabalho de vigilância implementado em parceria com o SEPRONA, foi igualmente possível denunciar vários caçadores furtivos responsáveis pela colocação das armadilhas.

O URSO-PARDO NA CORDILHEIRA CANTÁBRICA

Apenas restam cerca de uma centena de ursos-pardos nas montanhas da Cordilheira Cantábrica, um número que se revela escasso para garantir a sua sobrevivência já que ao reduzido número se alia o isolamento das suas duas

populações existentes, a ocidental e a oriental. A auto-estrada de Huerna, outras estradas e o caminho de ferro revelam-se graves obstáculos, apesar de constarmos que os ursos já começam a transpôr estas barreiras levantadas pelo homem.

O principal objectivo da conservação do urso-pardo é unir as duas populações facilitando-se deste modo o desejado intercâmbio genético entre os dois grupos. Os ursos não são no entanto fáceis de controlar. Para determinar as melhores acções de conservação da espécie a empreender, há que conhecer detalhes da sua vida, respostas para questões como: onde estão, que bosques preferem, onde encontram alimento em cada época do ano?...

Conservar o urso-pardo é acima de tudo proteger o seu habitat, os velhos bosques de castanheiro onde em cada Outono encontra o alimento necessário para suportar o duro Inverno que se lhe segue. É também impedir ano após ano, que a montanha arda indiscriminadamente já que dessa forma se perdem pequenas plantas, como a uva-do-monte, que o urso procura no Verão seguinte. São pois muitas as ameaças que pendem sobre o grande mamífero. A falta de sensibilidade para respeitar e conservar a natureza é talvez a mais evidente. Aqui, os caçadores podem e devem revelar-se um bom exemplo de como protegê-la.

TÉCNICAS DE CONTROLO DOS URSOS

Já referimos a dificuldade de acompanhamento dos últimos ursos cantábricos. Nós, elementos do FAPAS que andamos no terreno, utilizamos outras técnicas que nos permitem seguir os movimentos desta espécie no seu território. Uma delas é a fotografia por infra-vermelhos. As câmaras abandonadas, capturam imagens das suas deslocações nocturnas sem que tal altere o comportamento nem implique qualquer moléstia para os animais. É importante referi-lo porque uma excessiva pressão dos investigadores pode igualmente resultar negativa para a protecção dos ursos, animal que procura tranquilidade no seu espaço vital. A observação directa é de qualquer modo difícil. Nalgumas batidas, os monteiros levantam por vezes os ursos acamados nas suas tocas. Nestas alturas é-lhes proporcionado um dos momentos mais espectaculares que a natureza asturiana pode oferecer. A observação de um dos últimos ursos-pardos que sobrevivem na cordilheira cantábrica.

* n.r. - O SEPRONA é um corpo especial da Guarda-Civil espanhola vocacionado para acções de conservação da natureza. A criação de uma idêntica "Brigada-Verde" no seio da G.N.R., foi proposta pelo FAPAS-Portugal em 1992. Sabendo da existência de algumas medidas por parte do Governo no sentido da sua criação, desconhecemos no entanto a realização de acções no terreno e portanto admitimos que tão importante projecto, como revelam as acções contínuas da Guarda-Civil não teve concretização prática no nosso país.

Roberto Hartasanchez
Presidente do Fapas - Astúrias



FAPAS - ASTÚRIAS

Plantando cerejeiras-bravas ao longo do Inverno quando a neve não nos deixa subir à montanha.

25.000 cerejeiras em cinco anos...

...é a quantidade que nos propusemos plantar em diferentes áreas da Cordilheira Cantábrica. 6.000 árvores serão financiadas pelo projecto Life enquanto a plantação das restantes se suporta em ajudas de outras instituições e no trabalho voluntário dos colaboradores do FAPAS.

Porquê plantar cerejeiras-bravas?

São várias as razões que motivaram o nosso esforço na espécie frutícola *Prunus avium*. Por um lado nos nossos trabalhos de campo comprovamos em muitas ocasiões que os ursos-pardos, logo no final da Primavera princípios do Verão, procuram estas árvores nas zonas baixas dos vales encaixados, pelo facto de serem as árvores a exibirem os primeiros frutos, depois de um longo Inverno de escassez de alimento. A cerejeira é uma árvore que se dá em zonas resguardadas e não muitas frias, factores que não impedem que se desenvolva a várias altitudes que podem atingir os mil metros nas encostas montanhosas das Astúrias. Este facto prolonga o período de ocorrência da cereja, a qual surge primeiro nas zonas mais baixas, amadurecendo por vezes meses depois nas áreas mais elevadas. Por outro lado a plantação faz-se também em propriedades privadas, velhas quintas cultivadas e em prados. Muitos proprietários valorizam esta espécie pela madeira de qualidade especialmente indicada para fabricação de mobiliário. Este interesse favorece o consentimento dos agricultores para que o FAPAS plante árvores nas suas terras. Esta e outras medidas optimizam o relacionamento entre as populações e quem se bate pela sobrevivência de uma das mais ameaçadas espécies selvagens, evidenciando por outro lado os benefícios directos que a concretização de um projecto de conservação da natureza pode favorecer. N



FAPAS - ASTÚRIAS

R.H.



Reservas biológicas

A criação de uma Rede de Reservas Biológicas surge em 1996/97, como forma de unificar os princípios de gestão sustentável que as organizações membros do Conselho Ibérico vinham desenvolvendo desde há vários anos numa série de terrenos em propriedade ou em regime de arrendamento. Entre as reservas que compõem actualmente a rede destaca-se a Rede de Reservas Biológicas de ADENEX na Extremadura, a reserva biológica "Puerto Moral" de Andaluz em Huelva, a reserva "El Boyeral" de Gurelur em Navarra, a reserva "La Trapa" do GOB em Mallorca, as reservas biológicas integradas no "Projecto de conservação da avifauna estepária de Castro Verde" da LPN ou ainda a reserva constituída no âmbito do "Projecto de gestão sustentável da Punta da Mora" em Tarragona (Catalunha) por parte de DEPANA.

A Rede de Reservas foi incorporando espaços naturais de interesse, tendo em consideração o seu bom estado de conservação, ser refúgio de espécies ameaçadas, ou perante uma situação de ameaça à sua conservação, alcançando uma representação da variabilidade dos distintos ecossistemas

e inclusive a caça (maior) em algumas Reservas. A estas actividades tradicionais uniu-se o planeamento e desenvolvimento de programas de educação ambiental, de projectos de investigação, de projectos piloto de demonstração, o turismo de natureza e os percursos interpretativos. A importância de tais medidas de gestão para a conservação do património natural da Península Ibérica tem sido reconhecida mediante o cofinanciamento, em alguns casos, da União Europeia através do seu programa LIFE, pelo Programa LEADER, pelo Programa Operacional do Ambiente - POA e pelo apoio financeiro da Direcção Geral de Conservação da Natureza do Ministério de Ambiente espanhol. A intenção das organizações do CIDN é não só dar continuidade à gestão das Reservas Biológicas existentes, mas também incrementar o número e a sua respectiva superfície, unificar critérios de gestão na Rede de Reservas, divulgar a existência e o modelo de gestão aplicado na Rede a distintos sectores empenhados na conservação de áreas similares, intercambiar experiências de conservação e gestão entre as distintas reservas e associações gestoras, garantir uma formação continuada adequada



da geografia Peninsular, graças à presença dos membros do Conselho Ibérico em distintas regiões. Ter assumido a gestão para a sua conservação tem permitido uma experiência directa que se traduz em intervenções mais eficazes e a demonstração prática de alternativas reais. Todas as acções empreendidas pela Rede de Reservas Biológicas do Conselho Ibérico têm a finalidade prioritária de conservação de habitats naturais e de espécies ameaçadas, pelo que se levam a cabo diversas tipos de actuações como gestão e recuperação de habitats naturais e de espécies, vigilância, censos, etc.. A criação e gestão da Rede de Reservas Biológicas do CIDN contribuiu para a protecção efectiva de ecossistemas de grande valor ecológico e para a recuperação de espécies em perigo como a Águia-imperial (*Aquila adalberti*), Abutre-preto (*Aegypius monachus*), Abetarda-comum (*Otis tarda*), Tartaranhão-caçador (*Circus pigargus*), Cegonha-preta (*Ciconia nigra*) ou Lince-ibérico (*Lynx pardina*).

Em toda a Rede de Reservas deu-se especial atenção à aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentável e harmonioso, procurando-se cativar a participação das populações da área de influência das Reservas na sua gestão e na sua conservação, recuperando e fomentando os antigos e novos modelos de gestão compatíveis com a conservação. Em todos os casos tem-se actuado para a recuperação e fomento dos usos tradicionais que ancestralmente tiveram os terrenos e que contribuem para a conservação da diversidade biológica, tais como a agricultura tradicional, a criação de gado de espécies autóctones, aproveitamentos florestais, apicultura

dos responsáveis das Reservas da Rede e contribuir para a aplicação prática dos princípios da gestão sustentável definidos pelos principais instrumentos da política internacional e comunitária do sector. Com a manutenção e ampliação da gestão das Reservas Biológicas, o CIDN pretende ainda contribuir de forma progressiva para o estabelecimento e consolidação de um sistema adequado de áreas protegidas, coerente e representativo da nossa riqueza biológica e sociocultural, dotado dos instrumentos adequados de planificação, uso e gestão, com especial atenção à necessidade de evitar a fragmentação dos habitats e populações silvestres, facilitar o intercâmbio genético através de uma rede de corredores ecológicos e a consecução de uma maior conexão biológica entre as áreas.

Entre os espaços naturais incluídos na Rede de Reservas Biológicas Privadas do Conselho Ibérico destacam-se:

- Projecto Castro Verde (Alentejo, Portugal)
- Reserva Biológica de Sierra Grande de Hornachos (Badajoz)
- Reservas Biológicas de los Llanos de Cáceres
- Reserva Biológica "Sierra de Gata" (Cáceres)
- Reserva Biológica "Los Berciales" (Badajoz)
- Reserva Biológica "El Boyeral" (Navarra)
- Reserva Biológica de "Punta de la Mora" (Catalunha)
- La Trapa (Mallorca)
- Reserva Biológica Puerto de Moral (Huelva)

Rosa Matos, bióloga (Secretária-geral do CIDN - Conselho Ibérico para a defesa da Natureza)

Escaparate

UM "GUIA" PARA OS MAMÍFEROS

O último lançamento da série "Guias FAPAS" é dedicada aos "Mamíferos de Portugal e Europa".

Destinado ao grande público e, em particular, aos apaixonados pela natureza selvagem, este "Guia" - edição traduzida e adaptada a partir da obra "Collins Field Guide - Mammals of Britain and Europe" da autoria de David Macdonald e Priscilla Barret - segue-se ao sucesso já consolidado de uma série que incluiu "Guias" de "Aves", "Flora e Fauna do Litoral" e "Árvores".

Respondendo a um mercado quase virgem em Portugal (as editoras apostam pouco nesta área) o FAPAS obteve, para esta edição, o apoio da Câmara Municipal do Porto - Pelouro do Ambiente.

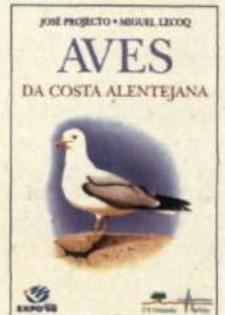
Profusamente ilustrado, o "Guia" espera "poder contribuir para desvendar alguns segredos destes animais". A adaptação portuguesa e revisão científica estiveram a cargo dos biólogos Nuno Gomes, Paulo Célio e Francisco Ferrand de Almeida.



AVES DA COSTA ALENTEJANA

Uma pequena/grande obra notável, que vale tanto pela beleza das ilustrações como pela informação contida nos textos. Juntando a arte do pintor naturalista José Projecto e o saber ornitológico do biólogo Miguel Lecoq, "Aves da Costa Alentejana" é uma bela edição que nos revela, espécie a espécie, grande parte da rica avifauna que ocorre no litoral alentejano. "Cobrindo um conjunto heterogéneo de 41 espécies de aves que apresentam um traço comum - a possibilidade de serem observadas no litoral ou no mar adjacente (...) vindo preencher uma lacuna na bibliografia ornitológica de língua portuguesa" escreve o ornitólogo Rui Rufino, em jeito de pós-fácio do livro.

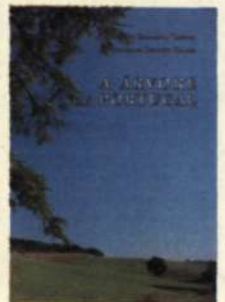
Edição da Direcção Regional do Ambiente-Alentejo.



A ÁRVORE EM LIVRO

"A Árvore em Portugal", de Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, obra agora reeditada com a chancela da Assirio e Alvim, é um trabalho de referência lançado em 1960 e desde aí tem servido como manual para diversos cursos, nomeadamente silvicultura, botânica, biologia vegetal, arquitectura paisagista.

Este percurso de referência académica não impede que, devidamente actualizado nesta bela edição, "A Árvore em Portugal" surja como um livro que pode mobilizar o interesse de todos aqueles que querem saber mais sobre árvores, como elemento natural e na sua relação com o Homem. Uma excelente oportunidade para o leitor português é oferecida por esta obra: conhecer as nossas árvores, aprender a respeitá-las... num país onde ainda mal desponta o interesse por estes seres únicos e essenciais.



Iniciativas

CAMPANHA FAPAS NAS ESCOLAS - VAMOS PROTEGER OS MORCEGOS

Se os morcegos são mal compreendidos e pouco estimados (sobretudo, pouco conhecidos) e se várias espécies destes mamíferos voadores se encontram em evidente declínio populacional, então nada melhor que "levá-los" até às escolas. Tendo como destinatários os jovens alunos das Escolas portuguesas, o FAPAS leva a cabo a campanha "Vamos Proteger os Morcegos", com prémios às três escolas participantes que apresentem melhores trabalhos acerca destes animais. O concurso realiza-se através da rede Clubes da Cegonha-branca - podendo participar também outros clubes e grupos organizados. Os trabalhos poderão ser entregues até 15 de Março de 2000, e o boletim nº. 11 dos Clubes da Cegonha-branca contém o regulamento da iniciativa.

Contactos: FAPAS - Rua Alexandre Herculano, 371-4º Dt., 4000 Porto. Telefone: 222002472, Fax: 222087455, E-mail: fapas@mail.esoterica.pt



"REGIÕES NATURAIS PARA O SÉCULO XXI"

"Cansados de assistir à degradação do património natural da região do Porto, e cientes da necessidade urgente de promover uma intervenção que motive os poderes públicos a salvaguardarem o que ainda está a tempo de ser salvaguardado, um grupo de cidadãos ambientalistas decidiu promover um movimento designado "Região do Porto - Áreas Naturais para o Século XXI".

Que áreas são essas? "a Serra de Stª Justa, Pias e Castiçais, a Barrinha de Esmoriz, a Reserva Ornitológica do Mindelo, o Estuário do Rio Douro, a Serra da Freita, entre outras, ou áreas mais pequenas como parques urbanos". A comissão promotora é formada por Nuno Gomes Oliveira, Serafim Riem, João Loureiro e Joaquim Peixoto. (Contactos: Apartado 3070- 4431-801 Avintes Codex) O nóvel movimento apela à subscrição de um texto por 2001 cidadãos que deverão também oferecer uma contribuição financeira (5.000\$00) para viabilizar uma grande exposição sobre o tema (Maio de 2000) colóquios, edição de material informativo e visitas de estudo.



Encontros imediatos na natureza

Registo T.N. 01

Tichodroma muraria (trepadeira-dos-muros)

Data: 1998. Abril. 11

Local: Parque Nacional da Peneda-Gerês - limite sul da Serra do Gerês

Hora e duração: 16h. 15m, breves momentos

Distância: 20 a 30 metros

Condições atmosféricas: Neve com vento frio

Observadores: Sara Roque, Ana Silva, José Figueira, Francisco Álvares, Miguel Dantas da Gama

Outros dados: Indivíduo isolado, trepando parede em escarpa nua

Registo T.N. 02

Capra pyrenaica L. (cabra-montês)

Data: 1999. Fevereiro. 20

Local: Parque Nacional da Peneda-Gerês - Serra Amarela

Hora e duração: 14h. 50m, 50 minutos

Distância: 150 a 200 metros

Condições atmosféricas: Sol

Observadores: Miguel Dantas da Gama

Outros dados: Um macho e uma fêmea adultos e uma cria com menos de um ano, repousando.

Registo T.N. 03

Capra pyrenaica L. (cabra-montês)

Data: 1999. Julho. 12

Local: Parque Nacional da Peneda-Gerês - limite norte da Serra do Gerês

Hora e duração: Entre as 7.30 e as 8.00h e entre as 11.00 e as 12.00h.

Distância: Cerca de 100 metros

Condições atmosféricas: Sol

Observadores: Francisco Álvares, José Carlos Brito

Outros dados: Um macho e uma fêmea adultos e um macho sub-adulto.

Registo T.N. 04

Capreolus capreolus L. (corço) perseguido por dois cães assilvestrados.

Data: 1999. Outubro. 02

Local: Parque Nacional da Peneda-Gerês - proximidades de Tourém, junto à fonte Pingadeiras do Crôto.

Hora e duração: 14h 35m, alguns minutos.

Distância: Variável

Condições atmosféricas: Tempo enevoado, chuva miúdinha, intermitente.

Observadores: Luis Rodrigues, Miguel Dantas da Gama.

Outros dados: Existem testemunhos de ataques de cães assilvestrados a gado doméstico e até pessoas sofreram já com o mesmo. A predação destes animais sobre a fauna selvagem também se admite, mas nestes casos, poucos terão tido uma oportunidade, rara, de o confirmar como aquela a que neste Outono assistimos. Um corço espavorido surpreende-nos, pela hora do dia e pela aproximação à estrada em que seguíamos de automóvel. Paramos pouco adiante no local em que era previsível que o macho adulto o atravessasse, o que logo a seguir aconteceu. A escassos metros, já no meio da via, o corço revela que algo, mais do que nós, o aterroriza. Enquanto mesmo à nossa frente desaparece por entre o carvalho, a respiração ofegante de outros animais ocultos na vegetação da berma oposta, confundem-nos. Instantaneamente, um pastor-alemão e um rafeiro também corpulento, saltam à estrada, nitidamente filados no corço que perseguiam. Com algum risco conseguimos travar o ímpeto dos cães, contrariando um caso de uma realidade que se confirma e é preocupante.

Se possui observações relevantes de espécies selvagens (fauna e flora) ou situações insólitas que as envolvam, escreva-nos indicando todos os elementos possíveis, para a melhor caracterização do encontro. A sua informação, individualmente importante, revelar-se-á mais ainda, quando cruzada e confrontada com outras.

NESTE INVERNO EM POUCAS PALAVRAS

BIODIVERSIDADE

Segundo Peter Raven, presidente do XVI Congresso Internacional de Botânica, que decorreu em St. Louis (EUA) e do Jardim Botânico do Missouri, a situação mundial em termos de biodiversidade é bastante séria. No relatório apresentado ao referido Congresso, Raven é claro: entre um terço a dois terços das espécies de animais e plantas terão desaparecido na segunda metade do século XXI. A actual taxa de extinção de plantas e animais pode ser comparável com as cinco grandes extinções ocorridas na história geológica da Terra. Segundo este investigador "estando face a uma extinção mundial, devemos redobrar os nossos esforços para aprender sobre a vida na Terra, enquanto se matém relativamente bem preservada". Na mesma reunião, uma equipa de cientistas norte-americanos - James Lubchenco, da Universidade Estadual de Oregon e Harold Mooney e Peter Vitousek, da Universidade de Stanford - alertou para o facto de a espécie humana ser responsável pela transformação de quase 50 por cento da superfície terrestre e pela criação de 50 "zonas mortas" (áreas costeiras com pouco ou nenhum oxigénio). Peter Reven apresentou ainda um plano, com sete pontos, para tentar inverter a situação entre os quais a criação de um único organismo mundial para detectar as plantas em risco, o aumento das verbas destinadas a estudos botânicos o estabelecimento de um fundo internacional destinado ao estudo das características reprodutivas das plantas, de forma a preservar as diferentes espécies.

CLIMA

Estudos científicos recentes, incidindo sobre os efeitos das alterações climáticas (efeito de estufa) nas populações da vida selvagem, têm detectado factos inquietantes. Os cientistas consideram-os na perspectiva dupla de sintomas da eventual gravidade da situação climática e das consequências ecológicas daí derivadas.

A revista "Nature" deu à estampa um relatório sobre as populações de aves selvagens da Grã-Bretanha. O estudo, que se baseou no comportamento reprodutivo de 59 espécies de aves comuns no Sul da Grã-Bretanha, teve em conta os dados de dois atlas sobre a reprodução das espécies. Analisando a distribuição das aves numa zona de 100 metros quadrados, nos períodos de 1968-72 e 1988-91, os investigadores concluíram que as fronteiras dos territórios habituais das aves do sul estão a estender-se cada vez mais a norte. "É difícil ter a certeza absoluta que o clima causou a deslocação para Norte de uma espécie em particular, mas o padrão é claro", diz um dos autores do estudo, Chris Tomas. Segundo este, os dados recolhidos coincidem com análises do Fundo Britânico para a Ornitologia, que concluiu que as aves deste país estão a reproduzir-se mais cedo, na Primavera; e ainda com outro estudo, também já publicado na "Nature" que provou que, na Costa Rica, em zonas de floresta tropical a altitude média, algumas espécies de aves estão a procurar pontos mais elevados.

Em termos de conservação das espécies, as consequências ainda não são totalmente claras, mas Thomas avisa: "espécies raras que estão confinadas às montanhas podem estar ameaçadas de extinção, uma vez que as suas áreas de habitat são cada vez menores. As espécies relativamente sedentárias podem ter dificuldade em acompanhar a mudança do clima".

Este facto pode, por exemplo, levantar problemas na delimitação de reservas naturais - estes espaços poderão, em breve, estar nas zonas erradas para protegerem as espécies a que se destinam.

Refira-se ainda a publicação, na "Nature" de estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas nas espécies de borboletas, apontando também para significativas alterações na sua distribuição espacial.

AMAZÓNIA

A organização ecológica Greenpeace anunciou a sua nova prioridade à escala planetária: manter a Amazônia viva. "A luta para evitar a destruição da selva Amazônica será uma das principais prioridades no próximo milénio" segundo declarações de Thilo Bode, director executivo da Greenpeace internacional, no Rio de Janeiro.

Esta organização irá centrar inicialmente o seu trabalho nas actividades destrutivas realizadas pelas indústrias madeireiras que operam na região.

Recentes estudos revelam que o sector da madeira é a principal ameaça aos últimos bosques intactos que restam na Terra. No caso da Amazônia brasileira já foram detectadas mais de 2500 empresas e serrações.

Até 1970, quase 99% da Amazônia brasileira permanecia intacta. Actualmente, o próprio governo brasileiro calcula que uma área de 553.086 Km² (superfície equivalente à da França) foi já deflorestada. Isso equivale a 14% da selva Amazônica do Brasil. Só nos últimos quatro anos foram destruídos 77.285 Km².

Com a destruição acelerada dos bosques tropicais do Sudeste Asiático e de África, a Amazônia tornou-se no principal objectivo das multinacionais do comércio madeireiro. "Queremos que as pessoas vejam as florestas como uma oportunidade para o desenvolvimento, não como um obstáculo" afirmou Roberto Kishinami, director executivo da Greenpeace Brasil. A campanha colocará um ênfase especial na busca de soluções alternativas que possam conjugar desenvolvimento e protecção da natureza.

EXÓTICAS

Finalmente, um decreto lei governamental português vem dar suporte jurídico ao combate contra a invasão de espécies exóticas, animais e vegetais.

Como se sabe, a introdução de espécies provindas de outras regiões pode tornar-se num poderoso factor de destruição dos ecossistemas, trazendo todo o tipo de perturbações como a difusão de doenças, competição ecológica com as espécies autóctones, desfiguração das paisagens e problemas acrescidos para a agricultura e outras actividades humanas. O exemplo das acácias (cuja propagação é hoje quase imparável) e do jacinto de água, ou a praga do lagostim-vermelho ilustram bem a existência concreta - e preocupante - deste problema em Portugal. A nova lei (após uma preparação que ocupou o ICN durante dois anos) estabelece apertados mecanismos de controlo da introdução de espécies exóticas no País e aponta a criação de um "plano nacional para o controlo de espécies não indígenas invasoras". O crescimento do comércio animal e vegetal e as sucessivas "modas" que incentivam a posse de animais "estranhos" em casa, bem como a multiplicação de zoológicos e parques zoológicos são, nesta matéria, um problema a ter em conta. Espera-se o cumprimento da nova lei e uma indispensável fiscalização.

B.G.



"Behind 2000: Realities of Global Wolf Restoration" é o tema central do congresso mundial sobre o lobo organizado pelo International Wolf Center e pela University College of Duluth e que reunirá os maiores especialistas mundiais nesta espécie.

Finlândia, Índia, Japão, China, Canadá e Espanha são alguns dos países que estarão presentes entre 23 e 26 de Fevereiro de 2000 na Universidade do Minnesota em Duluth, estado norte-americano que detém cerca de dois mil lobos, a maior - e a única estável - população de lobo dos Estados Unidos.

Portugal estará igualmente presente com vários especialistas entre os quais se conta Francisco Álvares, redactor da *Tribuna da Natureza* e que neste primeiro número assina o Destaque - Estudo da Natureza sobre o lobo em Portugal.

Para mais informações sobre este importante encontro, consultar o site: <http://www.d.umn.edu/wolf2000>

I Congresso sobre Aplicação da Rede Natura 2000 no Mediterrâneo, organizado pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN), Évora, Novembro 2000.

Este encontro, que conta com o apoio do Conselho Ibérico para a Defesa da Natureza (CIDN), terá como principais objectivos analisar o grau de aplicação da Directiva Habitats nos países mediterrânicos da União Europeia, a sua adequação às necessidades de protecção dos habitats mediterrânicos, bem como a implicação da Directiva em diferentes políticas sectoriais de conservação.

Serão discutidos temas tão pertinentes como a transposição da Directiva para o ordenamento jurídico dos estados-membros, a divulgação das zonas de protecção especial (ZPEs), as prioridades na criação da Rede Natura, a participação pública, os instrumentos financeiros e mecanismos de gestão.

Para mais informações, contactar LPN - Telefone: 217780097, E-mail lpn.natureza@mail.telepac.pt ou CIDN - e-mail - cidn@bme.es

As características orográficas e climáticas da Península Ibérica permitem que os gados herbívoros utilizem as pastagens de forma alternativa e sazonal. Desde tempos pré-históricos, efectuam-se movimentos transumantes que com o decurso dos séculos, vieram a perder o fulgor e a vitalidade de outrora.

No nosso país, das antigas rotas que da cordilheira central tomavam diferentes direcções, conforme a estação do ano, resta apenas a que anualmente é percorrida por um rebanho oriundo de uma região entre Dão e Mondego, que tem por destino os cumes elevados da serra do Montemuro, aonde chega por alturas do S. João. Ao fim de cerca de mês e meio, pastores e animais regressam às suas terras. Esta é a última rota da transumância que ainda persiste entre nós, e é o tema dum livro a sair brevemente da autoria de Américo Oliveira e Filomeno Silva, dois associados do FAPAS que nos últimos cinco anos se dedicaram ao estudo de uma modalidade de pastoreio em vias de extinção.

Estão já em marcha os preparativos do X Congresso Espanhol de Herpetologia, aberto a todos aqueles que se interessam pelo estudo e conservação dos anfíbios e répteis. A organização é da Associação Herpetológica Espanhola, e realiza-se conjuntamente com outro congresso, este da Sociedade Portuguesa de Herpetologia, o que dá à iniciativa um marcado carácter Ibérico. O Congresso terá lugar em Valencia, de 11 a 15 de Junho de 2000, mas os interessados poderão contactar, desde já, a organização através do E-mail: Congresso de Herpetologia, herp2000@uue.es

Em Janeiro 2000, terá lugar em Espanha um acontecimento importante para a conservação da natureza - a abertura, em Málaga, da sede mediterrânea da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza. Esta sede terá como objectivo fomentar e apoiar a conservação e uso sustentável dos recursos naturais na região mediterrânea, onde se incluem, além dos países ribeirinhos, Portugal, a Jordânia e a Ex-República Jugoslava da Macedónia, em função de critérios ecológicos e culturais.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UPEP) está organizando o terceiro Concurso Fotográfico Internacional sobre o Meio Ambiente, com o título "Enfoque o Seu Mundo", seguindo o sucesso dos concursos anteriores, realizados em 1991/92 e 1994/95. Este novo concurso, novamente com o suporte da Canon Inc., tem como objectivo elevar a consciência das pessoas a respeito de questões ambientais do globo terrestre através da fotografia. Pessoas de todas as nacionalidades, jovens fotógrafos amadores e profissionais estão convidados a participar do concurso e mostrar como vêm o nosso planeta e seu meio ambiente neste raio do novo milénio.

Os vencedores receberão seus prémios na cerimónia que será realizada em Nova Iorque, durante a Assembleia Milenar das Nações Unidas, no mês de Setembro do ano 2000. Os trabalhos vencedores serão exibidos no mundo inteiro em uma exposição itinerante e através da Internet, de modo a fazer um apelo ao mundo para uma maior conscientização dos problemas de meio ambiente. Envie suas fotografias e expresse, através delas, sua mensagem sobre o meio ambiente terrestre ao novo milénio que está para chegar.

Informações: <http://www.unep-photo.com/>

"Simpósio sobre espécies exóticas". Organização da LPN. Lisboa, Março 2000.

Inauguração do Centro de Formação Ambiental da LPN, Lisboa, Abril 2000.

A "Conferência sobre Turismo Sustentável" será uma iniciativa da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), no âmbito do acompanhamento da Presidência Portuguesa da União Europeia (1º semestre 2000) e realizar-se-á no mês de Abril, em local e data a anunciar. CPADA - E-mail: fpcub@ip.pt

Conferências no Centro de Educação Ambiental de Matosinhos (Quercus) todos às 17H30 : - 20 Janeiro - Conservação da Biodiversidade - Drª Helena Freitas (LPN), 17 de Fevereiro - Turismo e Desenvolvimento - Dr. António Queirós - 6 Abril - Gestão de Resíduos Industriais - Engº. Rui Berkmeier (Quercus).

Contacto: Quercus/Porto, telefone: 222087898 E-mail - nucporto@dei.uc.pt - Centro de Educação Ambiental Matosinhos, telefone: 229375515

Natureza notável

O TEIXO DE TRANGINHA

Este imponente Teixo (*Taxus baccata* L.), o mais velho exemplar desta espécie em Portugal, com cerca de 700 anos de idade, está classificado como "árvore de interesse público". Esta magestosa conífera do sexo masculino, está situada em Tranginha, na freguesia de Sta. Maria em Bragança.

Tem as impressionantes dimensões de 4 metros de perímetro à altura do peito, 16 metros de diâmetro de copa e 10 metros de altura. Os seus ramos laterais chegam quase a tocar o solo ao longo de todo o perímetro da copa, com excepção de um dos ramos orientado a Norte que está seco. Aparte disso a árvore goza de boa saúde, tendo como único factor de perturbação o facto de estar situado junto de um cultivo e ao lavrar o terreno as raízes poderem ser danificadas. ■

Luís Rodrigues, cirurgião de árvores
Luísa Marques, bióloga



L.R.

TRIBUNA DA N.º 2 Primavera 2000

NA NATUREZA
A VIDA SELVAGEM NAS QUATRO ESTAÇÕES

na próxima
Primavera

Destaques:

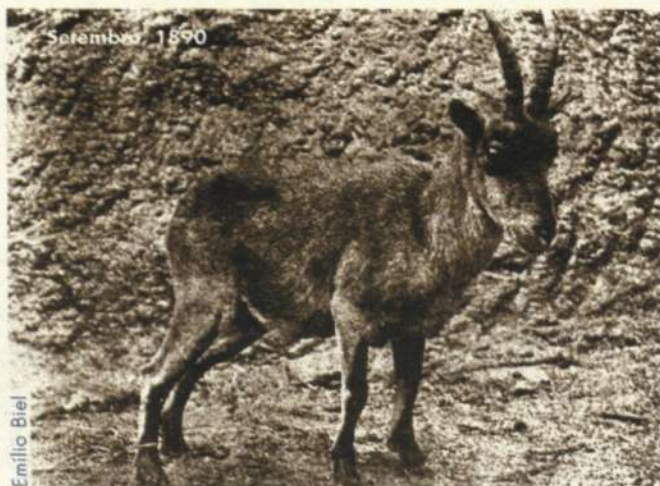
- Pelo direito à não caça
- Tráfico de espécies selvagens
- Tartaranhão-caçador



O regresso da cabra-montês

aos alcantis da Peneda-Gerês

Miguel Dantas da Gama



Setembro, 1890

Emílio Biel

Cento e oito anos separam este registos fotográficos. Se as cabras-bravas extintas no final do século passado eram de facto uma subespécie própria, a fotografia de Emílio Biel constitui um dos últimos registos da *Capra pyrenaica lusitanica*. Quando em finais de 1998 Rui Vasco colheu as imagens das três cabras num pequeno cercado espanhol, não se imaginava o que umas semanas mais tarde viria a suceder com estes exemplares do mais emblemático animal selvagem desde sempre associado à Peneda-Gerês. O reixelo, a fêmea e a sua cria, estando a leste do contraditório mundo dos humanos, passaram-se para oeste da linha fronteiriça que nos une à Galiza, sem se darem conta que uma instintiva fuga para a liberdade se revelou um passo historicamente significativo para a natureza selvagem do nosso único parque nacional. (ver "Encontros imediatos na natureza")



Rui Vasco

